

V. 01 - N. 01 - JANEIRO A JULHO - 2013 - ISSN 2318-6178

UNIVERSO DA PSICOLOGIA



MULTIVIX

MULTIPLICANDO CONHECIMENTO



UNIVERSO
DA PSICOLOGIA

MULTIVIX

MULTIPLICANDO CONHECIMENTO

ISSN 2318-6178

UNIVERSO DA PSICOLOGIA

Faculdade Capixaba de Nova Venécia – MULTIVIX
v. 01, n. 01 Jan/Jul. – 2013 – Semestral

Diretor Executivo

Tadeu Antônio de Oliveira Penina

Diretora Acadêmica

Eliene Maria Gava Ferrão

Diretor Geral/Coordenador Financeiro/Administrativo

Fernando Bom Costalonga

Coordenadora Acadêmica

Kessya Pinitente Fabiano Costalonga

Coordenadora de Graduação/Coordenadora de Ciências Contábeis

Alcione Cabaline Gotardo

Coordenadora de Administração

Sabryna Zen Rauta

Coordenador de Direito

Maxwilian Oliveira

Coordenadora de Engenharia da Produção/Engenharia Civil

Giuliana de Angelo Ferrari

Coordenadora de Engenharia Ambiental

Talita Aparecida Pletsch

Coordenador de Enfermagem

Ivan Paulino

Coordenadora de Educação Física

Edileuza Aparecida dos Santos Magalhães

Coordenador de Letras/Pedagogia

José Junior de Oliveira Silva

Coordenador de Psicologia

André Mota do Livramento

Coordenadora de Serviço Social

Cristiane Olios

Bibliotecária

Alexandra Barbosa Oliveira

Comissão Editorial

Eliene Maria Gava Ferrão (Presidente)

Kessya Pinitente Fabiano Costalonga

André Mota do Livramento

Alcione Cabaline Gotardo

José Junior de Oliveira Silva

Endereço para correspondência

Biblioteca Pe. Carlos Furbetta

Rua Jacobina, 165 – Bairro São Francisco

29830-000 – Nova Venécia – ES

e-mail: alexandra.oliveira@multivix.edu.br

Capa

Alex Cavalini

Universo da Psicologia / Faculdade Capixaba de Nova Venécia / –
Nova Venécia: (Jan/Jul. 2013).

Semestral
ISSN 2318-6178

I. Produção científica – Faculdade Capixaba de Nova Venécia. II.
Titulo

UNIVERSO DA PSICOLOGIA

SUMÁRIO

ARTIGOS

VIDA CARCERÁRIA E RELIGIÃO: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	05
André Mota do Livramento Edinete Maria Rosa	
“ADVOCATI NASCUNTUR, JUDICES FIUNT” OU “ADVOGADOS NASCEM, JUÍZES FAZEM-SE”: UM ENSAIO SOBRE A IDENTIDADE SOCIAL DOS JUÍZES RASILEIROS.....	22
Arielle Sagrillo Scarpatti Lidio de Souza	
LINGUAGEM E PODER: UMA RELAÇÃO ÍNTIMA.....	35
Adaleir Alves de Andrade Junior Alexandra Barbosa Oliveira	
CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL: DANOS PSICOLÓGICOS E PSÍQUICOS DECORRENTES.....	40
Aline Cadurini Pezzin	
O ESPELHO FORMADOR DO EU.....	53
Dalton Demoner Figueiredo	
POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E VIOLAÇÃO DE DIREITOS: OS (DES)CAMINHOS DA GESTÃO E SUA INFLUÊNCIA EM UM CREAS.....	61
Felipe Rafael Kosloski Marcelo Loureiro Ucelli	
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA UNIVERSO DA PSICOLOGIA.....	75

EDITORIAL

A concretização da publicação do primeiro número da revista “Universo da Psicologia” é mais uma conquista do Curso de Graduação em Psicologia da Faculdade Multivix de Nova Venécia, que nasce com o objetivo de publicar, semestralmente, trabalhos técnicos culturais, científicos e/ou acadêmicos nas áreas ligadas ao curso.

Com essa revista, buscamos estimular a produção bibliográfica entre discentes e docentes do curso, pois entendemos que a formação científica é muito importante para a formação em Psicologia. Além disso, entendemos que essas produções configuram-se como ferramentas potentes de criação de espaços de discussão e de (re)construção de conhecimentos que perpassam o universo da Psicologia em nosso país e região.

Neste número, apresentamos artigos de professores e ex-professores da Faculdade Multivix de Nova Venécia e de professores do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento da Universidade Federal do Espírito Santo.

Os artigos da nossa primeira revista são relatos de pesquisa – de campo e/ou bibliográfica – realizadas em programas de pós-graduação *stricto* e *lato-senso*, vivências da formação e da prática profissional, que nos permitem promover reflexões importantes sobre o papel que a Psicologia tem assumido em nossa sociedade e as interfaces com distintas áreas de saber.

Aos autores desse número – André Livramento, Edinete Rosa, Arielle Scarpatti, Lídio de Souza, Adaleir Junior, Alexandra Oliveira, Aline Pezzin, Dalton Figueiredo, Felipe Kosloski e Marcelo Ucelli – agradecemos pela importante contribuição dada a nossa revista e por ter nos escolhido como meio de publicação dos seus trabalhos.

Esperamos contar, nos próximos números, com publicações também de alunos de Psicologia, pois sabemos que os conhecimentos construídos ao longo do curso são de suma importância e por isso merecem ser compartilhados.

Estamos abertos a contribuições, críticas, sugestões, para que possamos construir um periódico de excelência.

Tenham uma boa leitura!

Professor André Mota do Livramento

Psicólogo – CRP 16/3142

Mestre em Psicologia (PPGP/UFES)

Coordenador do Curso de Psicologia – Faculdade Multivix/Nova Venécia

VIDA CARCERÁRIA E RELIGIÃO: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS¹

André Mota do Livramento²
Edinete Maria Rosa³

RESUMO

Em meio à realidade de um sistema penitenciário deficitário, atividades religiosas têm assegurado espaço nos presídios. Considerando a marcante presença de voluntários religiosos nos presídios capixabas investigamos as representações sociais de presidiário e de assistência religiosa entre agentes religiosos que exercem atividades no sistema prisional do Espírito Santo. Entendemos que a Teoria das Representações Sociais, proposta por Moscovici, apresenta-se como um recurso analítico interessante para a compreensão do objetivo proposto. Realizamos entrevistas com 05 voluntários evangélicos, 02 católicos e 02 espíritas. Os dados foram analisados por meio do software ALCESTE. Observamos uma aproximação entre os discursos dos entrevistados católicos e espíritas em contraste com o dos evangélicos. A Representação Social de assistência religiosa está relacionada à evangelização e a de presidiário à criminalidade, alicerçada em aspectos individualizantes.

Palavras-chave: Psicologia. Religiosidade. Representação Social.

ABSTRACT

In a reality of a prison system deficient, religious groups have secured space in prisons. Considering the strong presence of religious volunteers in prisons capixabas investigate the Social Representations about of Prisoner and Religious Assistance among religious actors who perform activities in the prison system of the Espírito Santo. We understand that the Social Representation Theory, proposed by Moscovici, presents itself as an interesting analytical tool for understanding the objective. We interviewed 05 volunteers evangelicals, 02 catholics and 02 spiritualists. The data analysis was done using the software ALCESTE. We observed a connection between the discourses of catholics and spiritualists in contrast with the evangelical discourse. The Social Representation about religious assistance is linked to evangelization and the conception about prisoner is linked to criminality, based on individualizing aspects.

Keywords: Psychology. Religiosity. Social Representation.

¹ Este trabalho foi realizado no início do Curso de Mestrado em Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFES. Apoio Financeiro: CAPES.

² Graduado em Psicologia pela UFES, Mestre em Psicologia pela UFES. Professor e Coordenador do Curso de Psicologia da Faculdade Capixaba de Nova Venécia –Multivix. *E-mail: drepsi@yahoo.com.br*

³ Graduada em Psicologia pela UFES, Mestre em Psicologia pela UFES e Doutora em Psicologia Social pela USP. É professora do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFES.

1 INTRODUÇÃO

O sistema penitenciário brasileiro tem sido alvo de constantes discussões, principalmente quanto às suas condições estruturais e à sua (in)eficiência na recuperação de apenados.

A população do sistema prisional brasileiro é a quarta do mundo, com cerca de meio milhão de pessoas (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2011). Fica atrás apenas dos Estados Unidos (2,3 milhões de presos), China (1,65 milhão de presos) e Rússia (806 mil presos) (WALMSLEY, 2011). Esse número é marcante quando comparado a momentos anteriores e ao crescimento da população brasileira. Segundo dados do IBGE, a população brasileira cresceu cerca de 12% em 10 anos e atualmente alcança a marca de quase 191 milhões de habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Nesse mesmo período a população carcerária do país cresceu aproximadamente 112%, pois no ano de 2000 era de aproximadamente 230 mil presos (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2010). Esses dados, que mostram o crescimento exacerbado desta população, nos alertam para a necessidade de compreensão das condições do sistema penitenciário brasileiro e da vida dos detentos.

Cotidianamente temos acesso a informações que estão relacionadas ao sistema de justiça penal – por meio de noticiários, jornais –, fato que nos permite constatar a desumanização do sistema prisional. Entretanto, apesar dessa realidade, notamos a reivindicação social para o endurecimento de penas, além de ser possível perceber que a população, de modo geral, compreende as políticas penais humanizadoras ou de direitos humanos como política de privilégios aos presos.

Quanto a essa questão, pontuamos o papel da mídia como formadora de opinião, que reforça e ajuda a construir representações compartilhadas socialmente. Fugas e rebeliões, por exemplo, recebem visibilidade na mídia, assim como quando são anunciadas medidas relativas à segurança, ao controle mais rigoroso dos detentos. A mídia apenas torna público as condições degradantes de tratamento que geralmente o Estado dispensa a população prisional quando a violação de direitos humanos é extrema – em casos de massacre e assassinatos cruéis (SENTOSÉ *et al.*, 2005; TAVARES; MENANDRO, 2004). No entanto, em detrimento de uma compreensão da estrutura social do sistema prisional, algumas vezes o foco das notícias centra-se na impressão de que o “inferno” vivenciado nos presídios advém do agrupamento de pessoas ditas corrompidas, percepção que justifica a idéia de que medidas de maior rigor e dureza são as mais adequadas.

Sobre a população carcerária brasileira, enfatizamos que grande parte dos criminosos que inflacionam os presídios são, antes de tudo, vítimas da sociedade, vítimas da falta de acesso aos direitos de cidadão – direito à saúde, à educação, à alimentação, à justiça. Enfim, quando buscamos conhecer a população carcerária no Brasil nos deparamos com

[...] corpos expurgados de direitos, corpos que fazem parte de redes sociais privadas dos mínimos acessos, corpos de trajetórias fatais pré-configuradas nas profecias auto realizadas, corpos-severino, subalternos, corpos que teimam e que, em sua teimosia, perturbam a paz do gozo da propriedade privada e da injusta ordem social. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2008, p. 8)

Diante deste contexto – de um sistema penitenciário deficitário, carente de políticas públicas que afirme os direitos dos detentos – a assistência religiosa tem assegurado espaço nos presídios, que são vistos como um campo fértil de conversão e evangelização.

A assistência religiosa é prevista como um direito do detento na política penal, sendo esse direito regulamentado pela Lei de Execuções Penais:

Art. 24. A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, permitindo-se-lhes a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa.

§ 1º No estabelecimento haverá local apropriado para os cultos religiosos.

§ 2º Nenhum preso ou internado poderá ser obrigado a participar de atividade religiosa. (BRASIL, 1984, sp.)

Alguns estudos têm sido realizados, propondo reflexões e compreensões acerca da experiência religiosa no sistema prisional.

Segato (2005) e Vargas (2005) acreditam que nos presídios brasileiros o discurso religioso é o discurso mais frequente com o qual o detento tem contato, assinalando que o universo prisional é um lugar pobre de alternativas discursivas. Indo ao encontro dessa ideia, Frinhani (2004) considera que a assistência religiosa ao detento talvez seja a assistência que mais se cumpra dentro dos estabelecimentos prisionais, mais pelo interesse das diversas instituições religiosas do que por uma iniciativa oficial do governo.

A conversão no presídio é um tema bastante abordado (BICCA, 2005; DIAS, 2006, 2007; LOBO, 2005a, 2005b; SCHELIGA, 2005a, 2005b). De modo geral, os autores compreendem a conversão como uma transformação no universo discursivo do indivíduo, englobando mudança de valores, crenças, comportamento e também a forma de interpretar os acontecimentos da vida. A conversão também é entendida como um processo estratégico na medida em que possibilita uma reorganização da vida de acordo com os valores e normas do presídio.

Outra questão discutida diz respeito à manutenção da identidade religiosa (DIAS, 2006, 2007; SCHELIGA, 2005a) focalizando nas tensões e ambiguidades vivenciadas a partir das relações estabelecidas entre detentos convertidos e não convertidos. Esse conflito advém de um embate entre as normas e valores “não oficiais” do presídio, aqueles estruturados a partir das relações entre os presos, e a vivência dos ensinamentos religiosos.

Também há a ideia de que os grupos religiosos exercem um papel importante na manutenção da ordem e da disciplina em instituições prisionais (DIAS, 2006; LOBO, 2005a, 2005b; QUIROGA, 2005; SCHELIGA, 2005a, 2005b; SEGATO, 2005; VARGAS, 2005). Administradores do sistema penitenciário, diretores e funcionários dos presídios, percebem, em geral, o efeito benéfico da conversão nas instituições penais. Há uma compreensão de que o preso convertido é mais calmo. Assim, os grupos religiosos constituiriam um mecanismo indireto, porém efetivo, de controle sobre a massa carcerária, na medida em que as práticas religiosas suavizam e amenizam as tensões vivenciadas diariamente.

A comparação entre as atividades realizadas por católicos e evangélicos também aparece em alguns estudos (LOBO, 2005a; VARGAS, 2005). A atuação dos agentes religiosos católicos parece ser mais condizente com a realidade dos presídios, na medida em que procura conscientizar os direitos e deveres do detento no sistema penitenciário e também defender os direitos humanos. Entre os católicos não há a intenção de conversão, ao contrário dos evangélicos, que manifestam uma preocupação de tendência mais individual, da relação da pessoa com Deus e com a igreja.

Moraes e Dalgalarrondo (2006) investigaram a relação entre a religiosidade e a saúde mental entre as detentas de uma penitenciária feminina do Estado de São Paulo. Esse estudo verificou uma possível relação positiva entre essas variáveis, ou seja, a religiosidade seria um elemento protetor da saúde mental. Assim, a experiência religiosa poderia atribuir um sentido para a áspera experiência do aprisionamento.

Observamos que nos estudos acima apresentados, os detentos são os porta-vozes da vivência da religiosidade no sistema prisional, na medida em que é a partir de seus relatos e da análise das relações entre eles estabelecidas que são possíveis as reflexões. No entanto, destacamos também a importância de estudos que considerem a experiência religiosa e prisional a partir da percepção dos agentes religiosos que exercem atividades nos presídios, e por isto propomos essa pesquisa.

Assim, esse estudo tem como objetivo investigar as representações sociais de presidiário e de assistência religiosa entre agentes religiosos que exercem atividades no sistema prisional do Espírito Santo.

Entendemos que a Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1978) apresenta-se como um recurso analítico interessante para a compreensão do objetivo proposto. Moscovici (1978) nos alerta para a importância do conhecimento produzido e compartilhado no senso comum para a compreensão dos fenômenos sociais.

A representação social pode ser compreendida como uma teoria do senso comum, “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001, p.22). Essa teoria nos permite apreender o sujeito em seu contexto histórico-social, considerando a complexidade das relações estabelecidas entre indivíduo e sociedade, pautadas em um sistema de valores e crenças que são ancorados na cultura. Segundo Vala (1997), “as representações sociais são um produto das interações e dos fenômenos de comunicação no interior de um grupo social, reflectindo a situação desse grupo, os seus projectos, problemas e estratégias” (p.357).

Moscovici (2003) pontua dois mecanismos essenciais para analisar a formação das representações sociais – a ancoragem e a objetivação. Quanto ao primeiro mecanismo, ele diz que esse é um processo que reduz aquilo que é estranho e perturbador a categorias e a imagens comuns, tornando-as familiares. Quando um sujeito pensa um objeto, ele o faz a partir da referência a experiências e pensamentos já existentes (VALA, 1997). Assim, ancorar é classificar e dar nome a alguma coisa. O processo de objetivação busca transformar o que é abstrato em concreto, transferir o que está na mente em algo presente no mundo físico, ou seja, a objetivação é a descoberta da qualidade icônica de uma ideia, a reprodução de um conceito em uma imagem

(MOSCOVICI, 2003). A objetivação acontece em três momentos. Inicialmente tem-se o processo de seleção e descontextualização das ideias, crenças e informações do objeto social, restando apenas elementos que são aceitáveis pelo grupo, de acordo com suas normas e valores. Na segunda etapa da objetivação, os elementos são organizados a partir de relações estruturadas, formando um esquema figurativo. Por fim tem-se a naturalização, quando os conceitos do esquema estruturante se constituem como categorias naturais, adquirindo materialidade, através da expressão em imagens e metáforas (VALA, 1997).

Importante ainda ater-se às funções da representação social. Abric (1998) apresenta quatro funções essenciais – 01. Função de saber: permite compreender e explicar a realidade; 02. Função identitária: define a identidade e permite a proteção da especificidade dos grupos; 03. Função de orientação: guia os comportamentos e as práticas, e 04. Função justificadora: permite justificar as tomadas de posição e comportamentos.

Entendendo que não existe uma realidade apriorística, mas que toda realidade é representada, reapropriada pelo indivíduo e pelo grupo e integrada em um sistema de valores, de acordo com um contexto social específico (ABRIC, 1998), enfatizamos o uso da Teoria das Representações Sociais como uma rica ferramenta analítica para a investigação das experiências e saberes partilhados entre os agentes religiosos que atuam em presídios capixabas.

Dada a presença marcante de atividades religiosas no sistema prisional brasileiro e mais especificamente em território capixaba, apontamos a importância desse trabalho, compreendendo, ainda, que o universo prisional é um local pobre de alternativas discursivas, sendo o discurso religioso o discurso mais frequente com o qual os detentos têm contato (SEGATO, 2005; VARGAS, 2005). Ressaltamos também a escassez de estudos científicos que abordem a temática proposta e a importante contribuição que a Psicologia Social pode oferecer para melhor compreensão dessa realidade, passo necessário para promoção de transformações sociais pautadas por ideais que sejam afirmativos à vida (BOCK, 1999).

2 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

2.1 PARTICIPANTES

Participaram da pesquisa de nove agentes religiosos que exercem a assistência religiosa no sistema prisional capixaba: dois católicos, dois espíritas e cinco evangélicos. O maior número de participantes evangélicos deve-se a quantidade de grupos evangélicos atuando nos presídios capixabas. Segundo o relatório do Grupo de Trabalho Interconfessional (ESPÍRITO SANTO, 2010) existem 51 grupos religiosos exercendo assistência nos presídios capixabas, sendo 36 evangélicos, 12 católicos e 03 espíritas.

2.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS E INSTRUMENTO

Foram realizadas entrevistas individuais com roteiro semiestruturado. O roteiro constava de cinco partes: 01. Dados pessoais; 02. Caracterização da assistência religiosa; 03. Importância e objetivos da assistência religiosa no sistema prisional; 04. Concepções de crime e criminoso e 05. O detento e a participação em atividades religiosas. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio a partir da autorização dos participantes, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

2.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

Para o tratamento dos dados todas as entrevistas foram transcritas integralmente e submetidas à análise a partir do *software* ALCESTE - Análise Lexical por Contexto de um Conjunto de Segmentos de Texto – criado por Max Reinert em 1979 (NASCIMENTO; MENANDRO, 2006).

O *software* Alceste permite a realização de uma análise lexical de conteúdo por técnicas quantitativas de tratamento de dados textuais. O tratamento estatístico é feito a partir da co-ocorrência de palavras em segmentos de texto, as chamadas palavras plenas – verbos, substantivos, adjetivos e advérbios – em suas formas reduzidas, uma vez retiradas às desinências gramaticais ou alguns sufixos. Reinert considera que essas palavras são as portadoras de sentido, portanto, revelam o mundo semântico que o pesquisador deve explorar. Após o tratamento estatístico, o *software* gera uma apresentação dos dados a partir de um dendrograma, que corresponde à disposição dos resultados em classes. No dendrograma é possível visualizar a análise estatística realizada a partir das palavras representativas de cada classe, da força de ligação entre as classes e da porcentagem de cada classe em meio ao *corpus* analisado. O *software* fornece ainda fragmentos do *corpus* do texto, as chamadas Unidades de Contexto Elementar (UCE). Essas UCE são listadas pelo programa, de modo que é possível ver os contextos em que aparecem as formas reduzidas das palavras de cada classe, passo fundamental para a interpretação dos resultados pelo pesquisador. (BONOMO et al., 2008; NASCIMENTO; MENANDRO, 2006; OLIVEIRA; GOMES; MARQUES, 2005).

3 RESULTADOS

A realização desse estudo, por meio do contato com os agentes religiosos, nos proporcionou uma experiência enriquecedora. O que percebemos é que os entrevistados estavam sempre dispostos a falar do trabalho por eles realizado, talvez já nos sinalizando uma questão importante: o interesse não apenas em dizer do trabalho evangelizador, doutrinário, mas também em nos alertar para a necessidade de outro olhar, diferente do hegemônico, com relação aos presos. Enquanto a sociedade civil busca afastar-se dos presos, esses voluntários religiosos parecem buscar, tornar visível essa realidade social, nas suas diferentes formas de compreender a experiência prisional e religiosa.

Como já dito, foram entrevistados para esse estudo nove agentes religiosos, sendo cinco homens e quatro mulheres, com idades que variaram dos 26 aos 63 anos. Os

participantes eram Espíritas Kardecistas, Católicos e Evangélicos – estes, Assembleianos, Batistas e Presbiterianos. O tempo de voluntariado no sistema prisional exercendo assistência religiosa variou entre 10 meses e 07 anos. Essas informações podem ser melhor visualizadas na tabela abaixo.

Participante	Sexo	Idade	Denominação religiosa	Tempo que realiza assistência religiosa nos presídios
01	Masculino	63 anos	Espírita	03 anos
02	Feminino	26 anos	Católica	07 anos
03	Feminino	52 anos	Católica	03 anos
04	Feminino	28 anos	Assembléia de Deus	03 anos
05	Masculino	39 anos	Batista	10 meses
06	Feminino	59 anos	Espírita	02 anos e meio
07	Masculino	33 anos	Batista	01 ano
08	Masculino	30 anos	Assembléia de Deus	04 anos
09	Masculino	47 anos	Presbiteriana	04 anos

Tabela 1. Dados dos participantes da pesquisa

3.1 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS GERADOS PELO ALCESTE

As nove entrevistas foram submetidas à análise por meio do *software* Alceste, que utilizou 70% do *corpus*, informação que nos possibilita dizer que houve um bom aproveitamento estatístico do banco de dados processado.

A organização dos conteúdos das entrevistas pelo Alceste permitiu a estruturação dos dados em um dendrograma formado por 04 classes, compostas pelas 15 palavras mais representativas de cada classe, selecionadas a partir do qui-quadrado de cada palavra, em ordem decrescente. As classes foram agrupadas em dois eixos, conforme a figura abaixo.

DENDROGRAMA DOS AGENTES RELIGIOSOS

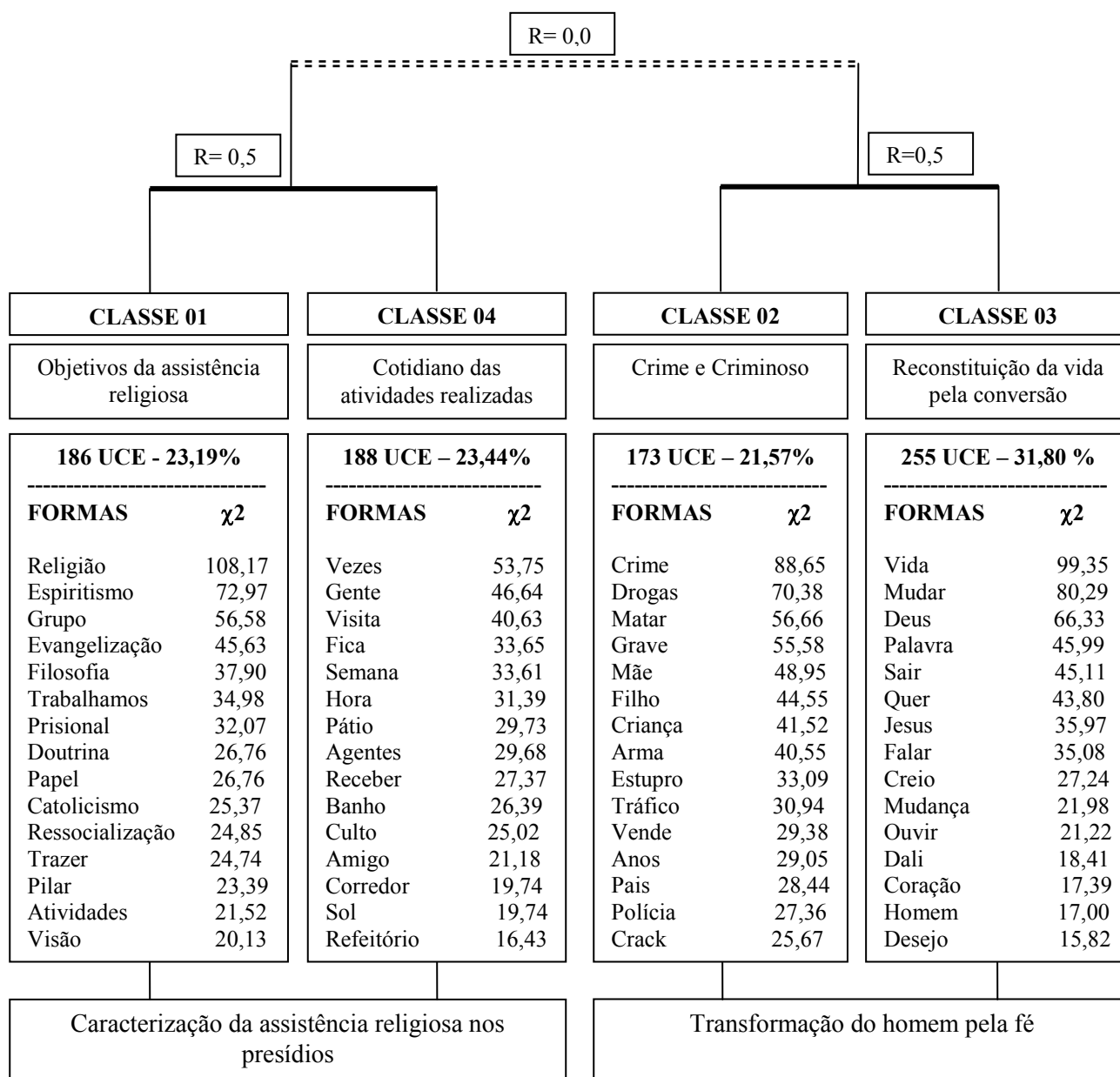


Figura 1. Estrutura do *corpus* das entrevistas com o grupo de agentes religiosos (n=9).

No primeiro eixo observamos a caracterização da assistência religiosa nos presídios, onde estão explicitados os objetivos da assistência religiosa e o cotidiano das atividades realizadas. Neste eixo, os discursos do catolicismo e do espiritismo são mais representativos.

No segundo eixo temos um discurso que é mais orientado pela denominação evangélica, um discurso religioso que é pautado na transformação do homem pela fé – do criminoso ao homem recuperado.

No eixo “caracterização da assistência religiosa nos presídios” observamos a ligação entre as classes 01 e 04 (R=0,5). A classe 01 diz respeito aos objetivos da assistência religiosa, que são pautados na ideia de evangelização, ensinamento dos valores cristãos

e da ressocialização do preso. Há a visão de que os ensinamentos doutrinários podem auxiliar no processo de reinserção social do preso, na medida em que esse conhecimento religioso adquirido na prisão pode servir como base para constituição de uma vida nova. Interessante ater-se ao fato de que apesar do conhecimento religioso ser um aspecto considerado relevante no processo de ressocialização, a conversão religiosa não é entendida aqui como uma questão central.

Nossas atividades são atividades de evangelização, é uma atividade religiosa, de cunho religioso, porque nós acreditamos que todas as pessoas têm recuperação. E a nossa ideia é a recuperação da autoestima através do entendimento religioso, de um ser integral. Ninguém é de todo ruim, e ninguém é de todo o bom, e ninguém é de todo sem esperança. (Participante 06)

A nossa intenção não é converter ninguém para o espiritismo, apenas falar sobre espiritismo e dizer que existe alguma coisa melhor lá fora, e que isso não cai do céu, depende do esforço de cada um. (Participante 01)

A classe 04 diz respeito ao cotidiano do trabalho religioso nos presídios – a frequência de realização, os procedimentos adotados e os locais onde as atividades são feitas. Aqui os entrevistados esclarecem que as atividades realizadas por cada grupo são semanais, de acordo com a regulamentação da SEJUS, e que para conseguir reunir os participantes os agentes penitenciários possuem uma função importante, na medida em que ajudam a organizar o grupo fazendo a remoção dos participantes para os locais das atividades. Quanto aos locais onde as atividades acontecem, percebemos que embora a Lei de Execução Penal determine que exista, em cada unidade prisional, um local específico para a realização do trabalho religioso, essa parece não ser uma realidade nos presídios capixabas, pois os trabalhos são geralmente realizados em lugares improvisados: na área do banho de sol, corredores, refeitório e pátios.

Tudo é improvisado, usa o pátio de banho de sol, usa um corredor de uma galeria, essa coisa assim, agora ter uma capela, ter um espaço... Porque o Estado, ele já constrói sem ter na sua arquitetura no seu projeto, essa construção. E que é uma briga, uma briga entre aspas, que já é um diálogo que a gente vem tendo há muito tempo. (Participante 02)

No segundo eixo – transformação do homem pela fé – estão relacionadas às classes 02 e 03 (R=0,5). O discurso acerca da criminalidade está presente na classe 02. Nela temos concepções do infrator, o criminoso, a partir da gravidade do delito cometido. O que se observa é que os entrevistados consideram mais graves os crimes contra a vida e os crimes contra as crianças, sendo a pedofilia o exemplo de crime bastante recorrente entre os agentes religiosos. Os pequenos furtos e roubos são percebidos como os crimes menos graves, e nestes casos, os participantes, em alguns momentos, relacionam esses pequenos delitos à dependência química. Ou seja, há aqui uma percepção de que a dependência química leva algumas pessoas a praticar esses pequenos delitos como forma de adquirir drogas.

Menos graves os furtos, furto sem arma, furto de celular, furto de uma carteira. É o ato de roubar, hoje em dia quase que cem por cento por causa de uma droga, por causa de uma pedrinha a pessoa te rouba um celular. (Participante 05)

Pra mim qualquer crime contra a vida é um dos crimes mais graves que tem, independente do crime que for. Um exemplo, eu posso fazer uma aplicação,

se você pegar o revólver, colocar na cabeça de alguém, dar um tiro e matar essa pessoa, é um crime gravíssimo. (Participante 07)

A percepção da conversão religiosa como um processo eficaz na reconstituição da vida, longe da criminalidade, está presente na classe 03. Os agentes religiosos entendem que o processo de conversão ao evangelho, a aquisição de um novo código de crenças, permite ao sujeito que ele se transforme, pautando a sua vida a partir dos valores cristãos, dos ensinamentos bíblicos. Assim, a vida do indivíduo após a conversão passa a ser baseada na “Palavra”, na Bíblia.

O nosso objetivo é que todas elas se convertam. Conversão, mudança de vida. Uma nova vida, uma nova vida e com Cristo, porque sem Cristo nós não somos nada, porque nós acreditamos no evangelho, num Deus vivo que transforma, que muda o quadro da vida do homem e da mulher, do ser humano geral. (Participante 04)

Essa ideia é reforçada por experiências pessoais dos próprios entrevistados, que relatam a importância da conversão religiosa em suas vidas.

Então o que me interessa muito é o valor que essa vida tem, da mesma forma que um dia eu tive. [...] na hora que Jesus chegou, mudou toda a história. Então eu acredito que da mesma forma que Deus teve mudança pra minha vida, teve pra vida delas. Então pra mim eu faço com toda a satisfação. O que eu puder fazer eu vou fazer por elas, pra que essa mudança venha a acontecer. (Participante 08)

A partir da organização dos dados, gerada pelo *software*, propomos algumas análises que serão apresentadas abaixo. Entendemos que essas reflexões nos permitem compreender melhor alguns aspectos da experiência religiosa no universo prisional sob a ótica dos agentes religiosos.

4 DISCUSSÕES

A organização dos resultados pelo Alceste já nos permite identificar, de início, uma questão interessante: a aproximação entre os discursos dos entrevistados católicos e espíritas em contraste com o discurso dos agentes religiosos evangélicos. Estes, apesar de serem de denominações religiosas diferentes – assembleianos, batistas e presbiterianos – dizem da experiência religiosa de forma muito semelhante, apontando a conversão religiosa como um dos objetivos do trabalho realizado nos presídios, talvez o objetivo central, percebido como processo essencial para a ressocialização do preso. Entre católicos e espíritas, o objetivo do trabalho pode ser compreendido a partir da perspectiva da evangelização, no entanto, a conversão religiosa não é entendida por esses segmentos religiosos como um aspecto central. Esses resultados corroboram os dados encontrados por Lobo (2005a) e Vargas (2005), que afirmam que entre os evangélicos, o proselitismo configura-se como a finalidade do trabalho religioso nos presídios, ao contrário dos católicos.

O conceito de conversão apresentado pelos entrevistados pode ser aqui entendido como a aquisição de um novo código de crenças, responsável pela forma como os presos interpretam e vivenciam os acontecimentos da vida e do cotidiano no universo prisional.

A conversão em Cristo, em Deus, não vamos falar de religião, quando a nossa vida é convertida a Deus, quando a gente conhece o Senhor na nossa vida, a nossa vida tem uma direção diferente, ela se converte para o lado positivo, o lado melhor. [...] é fazer o indivíduo reconhecer a Jesus e que o poder da Palavra ele faz diferença na vida do homem, Ele muda o rumo, a história, na vida de um homem, Ele muda. (Participante 09)

O que percebemos, no entanto, é que apesar do contraste entre os discursos dos voluntários religiosos católicos e espíritas e dos agentes religiosos evangélicos, no tocante a questão da conversão religiosa, há um entendimento comum de que o conhecimento dos valores cristãos é um aspecto positivo no processo de ressocialização do preso. Enfatizando essa questão o Participante 01 diz que “*pela experiência está comprovado, o Estado já assumiu, já assumiu que a fé é ainda hoje o meio mais eficaz, um dos... não diria o maior, mas um dos maiores e que alcança mais aquilo que se é esperado*”. Assim, a Representação Social da assistência religiosa, entre voluntários religiosos do sistema prisional capixaba, parece estar estritamente relacionada ao ideal da evangelização.

Entendendo a relação entre práticas e representação social, podemos perceber o quanto essa representação pode orientar o trabalho dos religiosos nos presídios capixabas, e vice-versa, na medida em que a realização de cultos, celebrações e palestras são as atividades mais comuns, como dito pelos entrevistados. Entendemos que entre práticas e representações sociais não há uma relação de causalidade, mas que elas estão em correlação (ROUQUETTE, 1998). Assim, podemos dizer apenas que as práticas mais comuns nos presídios capixabas vão ao encontro da representação compartilhada pelos participantes desse estudo.

Quanto ao conceito de prática, nos apropriamos da ideia apresentada por Roquette (1998), que entende esse conceito a partir de dois aspectos: a realização da ação e a frequência dessa realização. Partindo dessa ideia, Rouquette (1998) entende que a influência das práticas sobre as representações sociais pode ser pensada a partir de quatro aspectos – a prática como: a) passagem ao ato; b) recorrência; c) maneira de fazer e d) “cálculo” ou avaliação. As práticas não correspondem apenas a ações, é necessário que tenham significados (TRINDADE, 1998). Assim, enfatizamos a representação social de assistência religiosa entre os entrevistados, na medida em que eles falam das suas atividades e crenças, dos acontecimentos e modos de fazer o trabalho religioso nos presídios, avaliando a importância das atividades realizadas.

Não queremos dizer, no entanto, que a compreensão acima apresentada esgota outras possibilidades de realizar a assistência religiosa nas unidades prisionais. Outros movimentos e atividades, certamente acontecem, como por exemplo, a preocupação e atuação dos voluntários religiosos na luta por assegurar os direitos legais dos presos e a busca por melhores condições de vida nos presídios, principalmente entre os católicos e espíritas. Há casos de voluntários que intercedem junto à direção dos presídios por melhorias nas condições de tratamento dos presos e grupos religiosos que distribuem mensalmente bens materiais como produtos de higiene pessoal e alimentos, necessários para uma condição de vida melhor. Poderíamos problematizar o quanto estas ações são de cunho assistencialista apenas, no entanto, corremos o risco de fazer análises superficiais, na medida em que não estamos inseridos diretamente naquele universo. Ainda ressaltamos a importância dessas ações quando pensamos no sistema carcerário capixaba, atualmente marcado por ser um sistema deficitário e carente de políticas que

efetivem a garantia dos direitos dos presos. A realidade em alguns presídios capixabas é a de presos que vivem em condições de higiene e habitação degradantes, da alimentação precária, da falta de acesso a saúde, educação, trabalho e assistência jurídica; superlotação e maus tratos, dentre outras questões (BRASIL, 2009).

Podemos pensar a articulação que há entre a representação da assistência religiosa e a representação social do homem encarcerado. Sabendo que não existe uma realidade apriorística (ABRIC, 1998) o conjunto de conceitos acerca de quem é o presidiário, ou seja, a representação do detento é uma compreensão necessária para os voluntários que exercem atividades nos presídios. Não é possível pensar um trabalho para um grupo de pessoas sem primeiro buscar conhecer quem são essas pessoas.

Assim, o que observamos é que a representação social do presidiário está associada à ideia da criminalidade. O preso é percebido como um sujeito que cometeu algum crime, do ponto de vista legal, sendo a gravidade do crime um aspecto importante a ser considerado. Junto desta concepção, a representação do preso, do criminoso, está alicerçada em aspectos individualizantes, em detrimento de uma visão estrutural da realidade social. O que temos então, é a ideia de crimes que são motivados por transtornos psicológicos, traumas sofridos na infância, enfim, a causa do crime é reduzida a uma questão pessoal. Apesar de alguns entrevistados relacionarem condições sociais adversas – pobreza, educação precária, dentre outras questões – e criminalidade, a ideia comum é de que o criminoso é aquele que fraquejou diante das dificuldades sociais. O que observamos então é a visão de que o sujeito é o responsável maior, ou o único responsável, por ter cometido algum delito, ou seja, o sujeito é culpabilizado por sua condição de encarceramento.

Podemos ainda associar essa representação ao livre arbítrio, pois entre as denominações dos voluntários religiosos entrevistados, há o entendimento de que o homem tem várias escolhas na vida, sendo ele o responsável pelos caminhos que percorre. Assim, temos uma visão de homem reducionista, que desconsidera questões sócio-culturais na constituição do sujeito.

Percebemos que há entre os voluntários a compreensão de que o homem é um ser em transformação, na medida em que o detento é entendido como um ser capaz de constituir uma vida nova, baseada nos valores cristãos. Os entrevistados têm essa visão reforçada pelo fato da transformação que presenciaram em suas próprias vidas. Alguns relataram, por exemplo, casos de envolvimento com o mundo do crime, antes da conversão religiosa. Podemos pensar então os mecanismos de ancoragem e objetivação a partir dessas experiências pessoais. Mesmo os entrevistados que não relataram situações de envolvimento com o mundo do crime, dizem da importância da religiosidade em suas vidas.

Pontuamos o caráter maniqueísta do discurso dos entrevistados, na medida em que a vida do homem passa a ser compreendida a partir do que é certo e do que é errado, sendo os valores cristãos compreendidos como verdades absolutas, independente das doutrinas religiosas que vivenciam. Para explicitar essa questão, apresentamos a fala de um entrevistado em conversa com uma mulher que tinha relações homossexuais no presídio.

Aí eu olhei pra ela e falei bem assim: isso não é de Deus, o que você está fazendo, abrir mão de sua família por gostar de uma pessoa aqui dentro.

Você tá errada, você tá errada, você tá abrindo mão da sua família, você não pode abrir mão da sua família assim. O homem foi feito pra mulher e a mulher foi feita pro homem, biblicamente você tá errada. (Participante 08)

Sobre essa questão, Segato (2005) considera que o discurso religioso permite ao preso convertido o que ela chama de “mimese regressiva”.

[...] o que estou chamando de “mimese regressiva” é exatamente a imitação que o preso faz do discurso do “bem”, copiando um discurso cristão, com seus valores familiares e suas fórmulas de boas maneiras e repetindo o mesmo, *adinfinitum*. O que impressiona é a fórmula mecânica em que são aplicadas as fórmulas discursivas, sem introduzir-lhes comentários alusivos à situação específica vivida pelo preso ou suas famílias. [...] nega sua própria condição e sacrifica seu lugar de fala, seu lugar de sujeito diferenciado, contraventor. [...] Nesta elaboração sobre o crime não há verdadeiramente uma continuidade, não há uma reflexão profunda sobre o que ele foi e sobre o que ele pode voltar a ser. (SEGATO, 2005, p.45)

Interessante pontuar ainda, que alguns entrevistados relataram ter mudado a percepção quanto aos presos, pois antes apenas reforçavam a visão hegemônica do preso como um homem que deveria ser punido, como forma de retribuir o mal que ele causou à sociedade. Por isso, entendiam que as prisões deveriam ser espaços onde as condições de vida sacrificantes seriam justificadas e necessárias, como forma de castigar o preso pelo crime cometido. No entanto, o convívio com os detentos nos grupos religiosos parece ter tornado possível, entre os entrevistados, a compreensão do preso a partir do seu caráter humano, um cidadão de direitos e deveres, e acima de tudo, um sujeito que precisa ser amparado socialmente para reconstituir a sua vida.

Eu tinha preconceito contra os presos, na época eu tinha preconceito [...]. Fiz a primeira visita, não gostei, fiz a segunda e não gostei. A partir da terceira visita eu já comecei a me adaptar ao trabalho e hoje em dia eu já estou há três anos fazendo esse trabalho e eu descobri uma coisa interessante, lá dentro existe gente igual ou até melhor do que a gente. Então pra mim é um prazer estar lá. (Participante 01)

Por fim, pontuamos esse movimento de aproximação dos grupos religiosos com a realidade prisional, situação que contraria uma lógica na qual a sociedade parece buscar se distanciar de presos e presídios. O que enfatizamos então, é a necessidade de ações que possibilitem aos sujeitos encarcerados distintas possibilidades de encontro com o mundo extramuros, pois entendemos que com essa perspectiva, o processo de inserção social distante do “mundo do crime” pode ser favorecido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença marcante de atividades religiosas nos presídios brasileiros e mais especificamente nas instituições prisionais capixabas – somente duas, das 27 unidades prisionais do Espírito Santo, não possuem grupos religiosos atuando em suas dependências (Espírito Santo, 2010) – nos alerta à importância em investigar as práticas religiosas nesses espaços.

Esse estudo inicial, realizado com agentes religiosos que atuam nos presídios, já nos sinaliza algumas questões interessantes para continuar o percurso na investigação dessa temática.

Interessante observar que apesar das diferenças entre as denominações religiosas, principalmente no tocante à questão da conversão, discussão já apresentada, há uma aproximação entre esses discursos, principalmente na forma de compreender a importância da evangelização no processo de ressocialização do preso.

Quanto à relação entre a representação social de presidiário e criminalidade, podemos problematizar o fato da prisão ser a penalidade por excelência na sociedade contemporânea, apesar do seu fracasso na recuperação dos apenados (FOUCAULT, 2009; THOMPSON, 1998). O que presenciamos é uma intensa associação entre crime e prisão, sendo essa penalidade bastante usada em detrimento de outras. Assim, refletimos sobre o sucesso da prisão que, como nos assegura Foucault (2009), pode ser compreendido a partir do momento em que possibilita produzir a delinquência, consolidando-a no movimento das ilegalidades. A prisão é justificada então, na medida em que contribui para a composição de uma ilegalidade visível.

A penalidade de detenção fabricaria – daí sem dúvida sua longevidade – uma ilegalidade fechada, separada e útil. O circuito da delinquência não seria o subproduto de uma prisão que, ao punir, não conseguisse corrigir; seria o efeito direto de uma penalidade que, para gerir as práticas ilegais, investiria algumas delas num mecanismo de “punição-reprodução” de que o encarceramento seria uma das peças principais (FOUCAULT, 2009, p. 263).

Outra observação diz respeito aos locais de realização da assistência religiosa. Embora a Lei de Execução Penal determine que haja nas instituições prisionais locais específicos para a realização dessas práticas, o que observamos, na realidade atual capixaba, é o descumprimento dessa determinação, na medida em que as atividades religiosas são realizadas em meio à improvisação, como afirmado pelos entrevistados.

Não queremos, com esse trabalho, mensurar a importância do trabalho religioso nas unidades prisionais do Espírito Santo e nem acreditamos nessa possibilidade. No entanto, entendemos que a vivência da religiosidade nos presídios pode ser uma alternativa ou uma estratégia para a constituição da vida em meio a um regime de controle, ou, ainda, um caminho possível para atribuir significados aos acontecimentos vivenciados, em meio à condição de encarceramento. Entretanto, pontuamos a importância de o detento ter a possibilidade de encontro com outros arca-bouços discursivos na prisão, não apenas o religioso, de modo que possa problematizar a sua existência com a possibilidade de construir a sua história de vida a partir de distintas narrativas. Assim, vamos ao encontro da ideia de Segato (2005, p.42), que entende que é necessário que o preso tenha o “direito a inscrição discursiva no mundo”, já que no mundo há uma grande quantidade de discursos que circulam e se entrecruzam – uns mais audíveis, outros menos audíveis e outros silenciados.

Neste trabalho apresentamos algumas discussões acerca da assistência religiosa nos presídios capixabas. Contudo, queremos deixar claro que sabemos das singularidades e diferenças doutrinárias entre as denominações religiosas. Apostamos, ainda, na diferença entre presídios e internos do sistema prisional. Assim, esclarecemos que não propomos aqui apresentar uma forma hegemônica de exercer a assistência religiosa nos

presídios capixabas, e muito menos queremos ensinar a forma correta de realizar essas atividades. Apenas nos apropriamos dessa temática por considerar que problematizar questões que dizem respeito ao sistema prisional é uma demanda urgente em virtude da realidade que atualmente presenciamos.

Enfatizamos a importância de novos estudos serem realizados para melhor compreensão dessa temática, e destacamos a inserção dentro das unidades prisionais como um caminho necessário para essa investigação. Dar voz aos presos que participam ou não das atividades religiosas, aos funcionários dos presídios e direção, investigar as práticas religiosas nos locais e momentos em que acontecem, pode nos trazer novas e ricas informações que nos ajudarão a compreender melhor essa experiência religiosa em meio à condição de vida encarcerada.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRIC, J. C. A Abordagem Estrutural das Representações Sociais. In: A. S. P. MOREIRA; D.C. OLIVEIRA (Orgs.). **Estudos Interdisciplinares de Representação Social**. Goiânia: Editora AB, 1998, p.27-38.
- BICCA, A. A honra na relação entre os detentos crentes e não-crentes. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 6, n.8, p. 87-98, 2005.
- BOCK, A. M. B. A psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia**, São Paulo, v.4, n.2, p. 315-329, 1999.
- BONOMO, M. et al. Representações sociais e identidade em grupos de mulheres ciganas e rurais. **Revista Portuguesa de Psicologia**, v. XXII, p. 153-181, 2008.
- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário**. CPI do sistema carcerário. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.
- BRASIL. Lei n. 7210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 jul. 1984.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Falando sério sobre prisões, prevenções e segurança pública**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2008.
- DIAS, C. C. N. Conversão evangélica na prisão: sobre ambigüidade, estigma e poder. **Plural** (Revista do Curso de Pós-graduação em Sociologia da USP), v.13, p. 85-110, 2006.
- DIAS, C. C. N. Análise da manutenção da identidade evangélica na prisão a partir de uma perspectiva interacionista: focalizando tensões e ambigüidades. **Ciências Sociais e Religião**, v.9, n.9, p. 217-240, 2007.
- ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Justiça. **Programa de assistência social espiritual aos apenados – Relatório Grupo Interconfessional**. Espírito Santo: 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2009.

FRINHANI, F.M.D. **Mulheres aprisionadas**: representando o universo prisional. 2004. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766&id_pagina=1>. Acesso em: 10 dezembro de 2010.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio In expansão. In: _____. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p.17-44.

LOBO, E. S. Católicos e Evangélicos em prisões do Rio de Janeiro. **Comunicações do ISER (Religiões e Prisões)**, n.61, p. 22-29, 2005a.

LOBO, E. S. Ovelhas aprisionadas: a conversão religiosa e o "rebanho do senhor" nas prisões. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 6, n.8, 73-85, 2005b.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Departamento Penitenciário Nacional. **Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen)**, 2010. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/depen/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRIE.htm>>. Acesso em: 20 julho 2010.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Departamento Penitenciário Nacional. **Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen)**, 2011. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>>. Acesso em: 31 janeiro 2012.

MORAES, P. A. C.; DALGALARRONDO, P. Mulheres encarceradas em São Paulo: saúde mental e religiosidade. **J Bras Psiquiatr**, v.55, n.1, 50-56, 2006.

MOSCOVICI, S. O fenômeno das representações sociais. In: _____. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Ed. Vozes. 2003, p. 29-109.

MOSCOVICI, S. A representação social: um conceito perdido. In: _____. **A representação social da Psicanálise**. Rio de Janeiro : Zahar, 1978, p.41-81.

NASCIMENTO, A. R. A.; MENANDRO, P. R. M. Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v.6, n.2, p.72-88, 2006.

OLIVEIRA, D.C.; GOMES, A.M.T.; MARQUES, S.C. Análise estatística de dados textuais na pesquisa das representações sociais: alguns princípios e uma aplicação ao campo da saúde. In: MENIN, S. S. S.; SHIMIZU, A. M. (Orgs.). **Experiência e representação social: questões teóricas e metodológicas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005, p.23-56.

- QUIROGA, A. M. Religiões e Prisões no Rio de Janeiro: presença e significados. **Comunicações do ISER** (Religiões e Prisões), n.61, p. 13-21, 2005.
- ROUQUETTE, M. L. Representações e Práticas Sociais: Alguns Elementos Teóricos. In: A. S. P. MOREIRA; D. C. OLIVEIRA (Orgs.). **Estudos Interdisciplinares de Representação Social**. Goiânia: Editora AB., 1998, p.39-46.
- SCHELIGA, E. L. "Sob a proteção da bíblia"? A conversão ao pentecostalismo em unidades penais paranaenses. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 6, n.8, p. 57-71, 2005a.
- SCHELIGA, E. L. Trajetórias religiosas e experiências prisionais: a conversão em uma instituição penal. **Comunicações do ISER** (Religiões e Prisões), n.61, p. 75-85, 2005b.
- SEGATO, R. L. Religião, vida carcerária e direitos humanos. **Comunicações do ISER** (Religiões e Prisões), n. 61, p. 40-45, 2005.
- SENTOSÉ, J. T. et al. As condições de encarceramento no Rio de Janeiro. **Comunicações do ISER** (Religiões e Prisões), n.61, p.103-123, 2005.
- TAVARES, G. M.; MENANDRO, P. R. M. Atestado de exclusão com firma reconhecida: o sofrimento do presidiário brasileiro. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v.24, n.2, p. 86-99, 2004.
- THOMPSON, A. **Quem são os criminosos? O crime e o criminoso: entes políticos**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 1998.
- TRINDADE, Z. A. Reflexão Sobre o Estatuto das Práticas na Teoria das Representações Sociais. In **Textos Para Discussão – Anais do Simpósio Internacional sobre Representações Sociais: questões epistemológicas**. Natal, RN, Volume I, p.18-28, 1998.
- VALA, J. Representações Sociais – Para uma Psicologia Social do Pensamento Social. In: J. VALA; M.B. MONTEIRO (Coords.). **Psicologia Social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian., 1997, p.353-384.
- VARGAS, L. O. Religiosidade: mecanismos de sobrevivência na Penitenciária Feminina do Distrito Federal. **Comunicações do ISER** (Religiões e Prisões), n.61, p. 30-39, 2005.
- WALMSLEY, R. World Prison Population List (ninth edition). **International Centre for Prison Studies**, 2011. Disponível em: http://www.prisonstudies.org/images/news_events/wppl9.pdf. Acesso em: 04 outubro 2011.

“ADVOCATI NASCUNTUR, JUDICES FIUNT” OU “ADVOGADOS NASCEM, JUÍZES FAZEM-SE”: UM ENSAIO SOBRE A IDENTIDADE SOCIAL DOS JUÍZES BRASILEIROS.

Arielle Sagrillo Scarpati⁴
Lidio de Souza⁵

RESUMO

A função de julgar é tão antiga quanto às relações sociais e desde as sociedades primitivas alguns indivíduos assumiram uma postura diferenciada perante os demais, de modo a garantir a ordem. A figura do juiz esteve, portanto, presente na história da humanidade. Assumindo contornos diversos, mas sempre presente. Entretanto, de todas as análises feitas acerca da Justiça, seus personagens e decisões tomadas, o fator que menos se considera diz respeito à pessoa do próprio juiz. Deste modo, este trabalho objetivou apontar direções acerca da figura do magistrado brasileiro, realizando, através de produções dos próprios magistrados, uma breve discussão sobre como os juizes constroem suas identidades sociais/profissionais. Optou-se, para isso, pela realização de uma revisão narrativa do tema e tendo como base a Teoria da Identidade Social proposta por Henri Tajfel.

Palavras-chave: Direito. Juiz. Identidade Social. Psicologia Jurídica.

ABSTRACT

The try role is as old as social relations and was present since primitive societies. Some individuals have taken a different position in this process, ensuring the order. The figure of the judge was therefore present in human history. Assuming various contours, but always present. However, all analyzes about Justice, his characters and decisions, the factor that is least considered is about the person of the judge. Thus, this study aimed to point out some directions about the figure of the Brazilian judge, performing through productions of magistrates themselves, a brief discussion of how judges construct their identities in social / professional. To do that, was opted for carrying out a narrative review of the subject based on Social Identity Theory proposed by Henri Tajfel.

Keywords: Law. Judges. Social Identity. Forensic Psychology.

⁴ Psicóloga, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. E-mail: arielle_sagrillo@yahoo.com.br

⁵Professor do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (*in memoriam*).

1 INTRODUÇÃO

A função de julgar é tão antiga quanto às relações sociais. Desde as sociedades primitivas, a necessidade de organização fez com que alguns indivíduos assumissem uma postura diferenciada perante os demais, de modo a garantir a ordem. Mas “por que se dá a alguém o poder de decidir sobre a vida de outros, sobre o que é certo ou errado, ou onde está a verdade? Por que se submetem todos a esse juízo, muitas vezes subjetivo?” (IENNACO, 2006, p.140). E como se dá o processo de construção deste espaço de poder e saber? Ou ainda, como se ‘constroem’ estes sujeitos?

De modo geral, poder-se-ia pensar que essa construção da identidade do juiz de direito transita entre diversos aspectos, tais como: as motivações para a escolha da carreira, o sentimento de pertencimento (ou não) à instituição judiciária, bem como o sentimento de pertencimento (ou não) ao grupo de magistrados, e, ainda, o sentimento de satisfação (ou não) quanto ao seu desempenho no cargo. Pois, uma vez assumido o lugar de magistrado, este indivíduo passa a ser fiscalizado e cobrado em suas ações não apenas a nível profissional, mas também, pessoal.

Pensando-se nestas questões e numa tentativa de angariar dados a respeito do funcionamento do sistema judiciário, optou-se por compreender um pouco mais acerca do magistrado brasileiro. Pois, como aponta Iennaco (2006, p.133),

de todos os conceitos, definições e análises que se fazem sobre a Justiça e as decisões judiciais, o fator que menos se considera e que é, sem dúvida, o de maior relevância, diz respeito à pessoa do próprio juiz.

Deste modo, este trabalho objetiva, por meio de um ensaio teórico, realizar breve discussão sobre como os juízes constroem suas identidades sociais/profissionais. Para isso, utilizar-se-á como base a Teoria da Identidade Social proposta por Tajfel (1979; 1983).

1.1 A TEORIA DA IDENTIDADE SOCIAL – TIS

A teoria da identidade social – TIS (TAJFEL, 1983) tem sido considerada, por autores como Cabecinhas e Lázaro (1997) uma das teorias mais importantes no atual modelo de investigação das relações entre grupos na psicologia social.

A perspectiva trazida pela teoria auxiliou a renovar a visão sobre certas problemáticas nesta área e surgiu dando ênfase a questões que, em muitos momentos, foram deixadas de lado, tais como a relação entre o indivíduo e o grupo, preconceito e estereótipo, relações intergrupais, autoconceito, entre outros (TAJFEL, 1983).

A TIS tem como base três conceitos fundamentais: categorização social, comparação social e identidade social. O primeiro conceito trata da segmentação e classificação social e refere-se à tentativa de ordenamento do ambiente e orientação dos indivíduos. Este conceito contribui para compreensão da maneira como se dá a construção da identidade social (terceiro conceito apresentado pela teoria) dos membros de um determinado grupo. Pois, para o autor, os indivíduos acabam por se definir, e a definir os demais, em função do lugar que ocupam no sistema de categorias sociais, ou seja, por meio da comparação social (CABECINHAS e LÁZARO, 1997).

O segundo conceito – a comparação social – diz respeito à tentativa, por parte dos membros de um grupo, de constituírem uma identidade social positiva através do mecanismo de comparação. Ao comparar o seu grupo (ingroup) com outro(s) grupo(s) (outgroup), o indivíduo tende a favorecer as características de seu grupo de pertença (dando ênfase a aspectos considerados por ele como positivas) em detrimento dos demais grupos, que tendem a ser homogeneizados e distanciados, num caráter pejorativo/negativo. Isso não significa que um indivíduo não possa ter uma identificação problemática com o próprio grupo.

Como ressaltam Cabecinhas e Lázaro (1997), o indivíduo precisa dos outros para afirmar a sua própria identidade e, para efeito de comparação entre grupos, vale a unidade. Pois, para efeito de seu fortalecimento, as vozes dissonantes tendem a ser abafadas, de modo que não fiquem evidentes as divergências existentes – o que poderia enfraquecer a imagem grupal. Entretanto, o que se observa é que apesar da tentativa de homogeneidade, uma análise mais detalhada poderá ser capaz de revelar as divergências no interior de cada grupo.

Como apontam Hogg, Abrams, Otten e Hinkle (2004 *apud* SUDA E SOUZA, 2006, p.73), “temos tantas identidades sociais e pessoais quanto são os grupos aos quais pertencemos”. Deste modo, a maneira como os membros de um grupo se autodefinem tem relação direta com duas condições: a comparação com outros grupos e as mudanças no contexto no qual ele está inserido.

De acordo com Tajfel (1983), então,

A identidade social será entendida, [...] como aquela parcela do auto-conceito dum indivíduo que deriva do seu conhecimento, da sua pertença a um grupo (ou grupos) social, juntamente com o significado emocional e de valor associado àquela pertença (TAJFEL, 1983, p.290).

Ainda pela teoria, nem sempre nos vinculamos a um grupo tendo consciência disso e é necessário que o sujeito se reconheça enquanto parte de uma categoria para que se possa falar em identidade. Sob essa perspectiva, mesmo os comportamentos que a priori não eram identificados como fortes crenças grupais podem se tornar relevantes para construção da identidade do sujeito – basta, para isso, que essas atitudes guiem o comportamento de seus membros e então, sejam vistas como típicas de um grupo em particular. A identidade, por conseguinte, não é algo que pode ser atribuído a alguém, é preciso que o próprio sujeito se reconheça naquele grupo. O sentimento de pertença é fundamental.

Identidade, para a TIS é, ainda, equivalente à resistência. Nessa teoria, esse constructo é compreendido a partir de uma perspectiva dialética, no sentido de que para Tajfel (1983) há duas faces que coexistem neste/para este conceito: uma face com características separatistas (que demarcam a diferença) e uma face que remete à união (no sentido de algo que faz o que é igual aparecer, se tornar evidente). Assim, pensar em identidade social significa pensar em algo que separa, mas que também aglutina e por isso, sempre existirão teses negativando e positivando identidades sociais.

Não há como pensar identidade, então, a partir de uma lógica formal, de algo que ‘é isso’ ou ‘é aquilo’. Ao contrário, pensar em identidade é pensar em conflito.

Sobre a atuação ‘individual’ no grupo, Berger e Luckmann (2000 *apud* MUSLEH, 2003, p.103), comentam que “ao desempenhar papéis, os indivíduos participam de um mundo social”. E assim, a partir do momento que estes são interiorizados, o mesmo mundo torna-se subjetivamente real para ele. Tajfel (1983) complementa afirmando que aqueles indivíduos que se identificam fortemente com o grupo acabam por esforçar-se por ele, protegendo a sua imagem. Os poucos identificados com seu grupo, por sua vez, concentram suas atenções mais em sua imagem e objetivos pessoais.

Para Del Prette e Del Prette (2003), estar em grupo é condição permanente de qualquer indivíduo e torna-se quase que impossível pensar nele de outra maneira que não por meio de suas interações sociais. O homem é um ser social e compreendê-lo requer a consideração do ambiente no qual está inserido e as relações que estabelece nele. Nesse sentido, a identidade social poderia ser pensada como o “resultado” dessa participação no mundo; um “elemento-chave da realidade subjetiva” que se encontra em relação direta com os processos sociais, num movimento onde as identidades produzidas pela interação com a estrutura social reagem sobre ela, mantendo-a, modificando-a e/ou modelando-a (BERGER E LUCKMANN, 2000 *apud* MUSLEH, 2003).

O grupo é o primeiro *socius* do indivíduo, em que suas possibilidades de vida se acentuam ou atenuam, na dependência de sua posição na sociedade e das redes de proteção em que se insere. É no grupo que ele internaliza as noções (crenças) de mobilidade ou estratificação, estabelece expectativas de autoeficácia (Bandura, 1986), aprende noções de conformismo ou afirmação e tem seus ensaios de comportamentos (inclusive os assertivos ou não assertivos) modelados (DEL PRETTE A e DEL PRETTE Z, 2003, p.126-127).

É preciso que se tenha em mente, no entanto, que um grupo não se restringe a um fator numérico, ou seja, não é apenas um somatório de indivíduos e para Del Prette e Del Prette (2003), dois tipos de grupos devem ser considerados, quando pensamos na construção da identidade social de um indivíduo, quais sejam: os grupos duradouros e os grupos efêmeros. Estes se formariam a partir das interações sociais e do processo de identificação entre os membros do (futuro) grupo; aqueles, por sua vez, seriam organizados a partir de instituições mais ‘permanentes’ ou estáveis, tais como a igreja e a família.

A partir dos apontamentos realizados acerca da Teoria da Identidade Social, este trabalho se propõe a pensar, então, sobre um determinado personagem – o juiz de Direito. Objetiva-se refletir sobre em que medida o trajeto percorrido desde a graduação até a prática profissional poderia fomentar um sentimento de pertença grupal nestes sujeitos. Neste sentido, a questão que se apresenta, primordialmente é: Mas será que se pode considerar que os juízes compõem um grupo? Há identidade social para este/neste grupo?

2 METODOLOGIA

Para realização deste trabalho, cujo objetivo consiste no levantamento de questões sobre o tema e no apontamento de direções acerca da figura do magistrado brasileiro, optou-se pela realização de uma revisão narrativa do tema. Esta metodologia pode ser caracterizada como uma pesquisa exploratória, cuja publicação tem características mais

amplas, propondo-se a descrever e discutir o desenvolvimento de um determinado assunto, a partir de uma ótica teórica ou contextual (LUNA, 1997).

De acordo com Piovesan e Temporini *apud* Theodorson e Theodorson (1995), a pesquisa exploratória caracteriza-se enquanto um estudo preliminar que tem por objetivo familiarizar o pesquisador com o fenômeno que está sendo investigado, permitindo, assim, que novas pesquisas possam vir a ser concebidas em seguida, gerando, então, maior compreensão e precisão a respeito do tema.

Para Rother (2007), este tipo de metodologia não se preocupa primordialmente em informar ao leitor o processo de busca pelas referências citadas, tampouco os critérios utilizados para a seleção e avaliação das fontes utilizadas. A principal preocupação, neste caso, consiste na análise, interpretação e análise crítica pessoal do autor a respeito da literatura publicada em livros, artigos de revista (impressas e/ou eletrônicas) sobre o tema escolhido.

No que tange à estrutura, é constituído, basicamente de: “Introdução, Desenvolvimento (texto dividido em seções definidas pelo autor com títulos e subtítulos de acordo com as abordagens do assunto), Comentários e Referências” (ROTHER, 2007, p.6).

Rother (2007) destaca, ainda, que esse formato de trabalho permite, tanto ao escritor, quanto ao leitor, adquirir e atualizar o seu conhecimento sobre uma temática específica direcionando a pesquisa para reflexões não necessariamente conclusivas sobre o tema, mas que podem servir de base para futuros trabalhos. Por fim, considerando que não se teve acesso direto aos sujeitos, serão considerados, então, para efeito de análise, textos escritos por magistrados acerca de sua prática e vivência profissional.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 SOBRE O DIREITO E SOBRE OS JUÍZES: O INÍCIO DE TUDO

Como comentado anteriormente, a função de julgar é tão antiga quanto às relações sociais, e desde as sociedades mais primitivas, em função da necessidade de organização social, alguns indivíduos acabaram por assumir uma postura diferenciada perante os demais. Objetivava-se garantir a ordem.

Inicialmente, a autoridade e o poder de decisão sobre a conduta social eram exercidos por indivíduos que, por diferenciados fatores, recebiam essa função, submetendo seus companheiros à sua própria vontade. Entretanto, com o passar dos anos e a complexificação das sociedades e das relações, esse poder se alternou entre uma inicial centralização individual e o exercício grupal do mesmo (MARQUES L., 2010).

Milhomens e Alves (1997) *apud* Marques (2010) comentam que os conflitos de interesses sempre fizeram parte do funcionamento social e que diante dos choques das paixões, os grupos sociais sempre encontraram meios para convocar um de seus membros para dirimir as desavenças. Para os autores, à época das monarquias, por exemplo, não cabia ao rei o papel de ‘conciliador’, uma vez que ele se encontrava absorvido por outras atividades e que “desde que se formaram os primeiros círculos

sociais, na remota antiguidade, deve ter-se delineado a figura do juiz – pessoa encarregada de resolver questões surgidas entre os membros do grupo (p.03)”.

Com a revolução burguesa e a implantação do Estado Moderno, Pereira Filho (2005) comenta que a burguesia se apoderou do direito de dizer o que é certo ou errado, estipulando as normas do convívio em sociedade. Para os autores, neste momento, surge a proposta da divisão do exercício do poder que acabou por inspirar a versão atual da divisão nos três poderes político brasileiro – organizada em legislativo, executivo e judiciário.

Para além do longo percurso histórico – impossível de ser abarcado em toda a sua complexidade neste trabalho – o que Pereira Filho (2005) propõe é que, aos poucos, o imaginário popular passou a alimentar a crença de que a vontade social seria representada por alguns indivíduos. Indivíduos estes que, apesar de não deterem o poder político, seriam pagos para aplicar, de maneira justa, correta e infalível as normas sociais vigentes sob a forma da lei. Ainda para este autor há, no entanto, nesta relação entre sociedade e judiciário, uma face que quase sempre permaneceu oculta e que diz da exigência burguesa de que este personagem, o juiz, fosse mantido alienado dos “problemas reais”. Por problemas reais entendem-se, aqui, quaisquer problemas que dizem respeito às demais classes que não à burguesia. Garantindo assim, as conquistas das classes dominantes e mantendo, afastado do poder, o proletariado.

E como isso se torna possível? Como seria possível afastar este profissional dos problemas das classes mais baixas, colocando-o a serviço apenas dos interesses da burguesia?

Para Pereira Filho (2005), a resposta a essas perguntas é simples: por meio do ensino jurídico. Para o autor, a formação de magistrados, ao menos no Brasil, sempre esteve descolada da realidade social em que eles estavam inseridos, não possuindo qualquer comprometimento com os conflitos e as dificuldades da sociedade – o que atendia aos interesses das elites.

Como ressalta Dias (2008), os primeiros cursos de Direito no Brasil foram fundados nas cidades de São Paulo e Olinda, ainda em período imperial com o principal objetivo de preparar seus discentes para ocuparem cargos públicos onde os interesses da elite dominante seriam defendidos. Desde então, muitos deles se tornaram motivo de temor e preocupação para a sociedade em função de seus propósitos questionáveis.

Ainda sobre a formação dos juízes, Marques (2010) comenta que há diferenças marcantes entre o Brasil e outros países no que tange à preparação destes profissionais. Cita, como exemplo, a França e revela que neste país só há uma via de acesso à magistratura de ordem judiciária. Neste local, os candidatos ao posto de juiz são submetidos a um concurso aonde aqueles que por ventura venham a ser aprovados, serão encaminhados não diretamente à prática, mas a uma escola específica nas cidades de Paris ou Bordeaux. Lá, estudam disciplinas específicas, se formam e, a partir de então, são considerados aptos, ou não, ao exercício da profissão.

A partir da constatação da diferença existente entre estes países, Marques (2010, p.93) chega a propor a seguinte indagação: “Qual o melhor modelo: um Judiciário em que os juízes são iguais demais (estilo francês), ou diferentes demais (estilo brasileiro)?”.

3.2 O PROCESSO SELETIVO BRASILEIRO E A INSERÇÃO NA MAGISTRATURA

Pensar numa possível identidade do juiz brasileiro, ao menos teoricamente, implica pensar sua construção por meio da profissão que exerce (cargo que ocupa), afinal, é por esse motivo que ele é reconhecido como tal.

De acordo com Jacques (2006), essa conexão entre a identidade e o trabalho de um indivíduo, se dá em função da importância conferida ao trabalho pela sociedade ocidental. O lugar do trabalhador acaba por se tornar um lugar de destaque e exerce, dessa forma, grande influência na construção dos papéis sociais. Arendt (1981) aponta que a “importância do homo faber no mundo contemporâneo, assinala que ao tentar dizer ‘quem é’, a própria linguagem induz a dizer ‘o que alguém é’, reservando um lugar de destaque ao papel do trabalhador”.

É preciso que se considere ainda que o processo de validação social presente no exercício de atividades coletivas e de trabalho serve como forma de o indivíduo obter reconhecimento perante os demais (construindo, afirmando e reafirmando, portanto, sua identidade). Mazzilli e Paixão (2002) afirmam, ademais, que nos diferentes espaços de trabalho em que um indivíduo circula há sempre uma oportunidade disponível para a

aquisição de atributos qualificativos da identidade do trabalhador. São inúmeros os estudos que [...] apontam que o exercício de determinadas atividades e o convívio com determinadas relações sociais constituem ‘modos de ser’, que qualificam os pares como iguais [...] (JACQUES, 2006, p.24).

Em se tratando do magistrado brasileiro, podemos dizer que a sua vida profissional é composta pelas seguintes etapas: o concurso, o estágio probatório e a vida profissional propriamente dita. Neste momento, discutir-se-á esta primeira fase: o ingresso na magistratura.

Hoje, o ingresso à carreira de juiz dá-se por meio de concurso público de provas e títulos e, ainda, do cumprimento de algumas exigências como a idade mínima de 23 anos e o tempo de exercício profissional de pelo menos três anos. Além disso, exige-se dele conhecimento técnico e teórico na interpretação das leis e na solução de litígios, dentre outras. Essas exigências têm por objetivo, de acordo com Bonelli (1998), ‘democratizar’ o acesso dos mais capazes, além de garantir a imparcialidade e a neutralidade dessa escolha; afastando, ainda, a subjetividade do processo seletivo – não sendo a personalidade do futuro juiz levada em consideração (MAZZILLI e PAIXAO, 2002; BONELLI, 1998 e IENNACO, 2006).

Iennaco (2006) aponta que:

Os instrumentos de seleção dos integrantes da magistratura, no Brasil, firmam-se em critérios de objetividade e impessoalidade, com o objetivo de garantir a todos os candidatos condições idênticas de acesso democrático ao cargo, sem favorecimentos ou preterições de natureza pessoal, que inevitavelmente surgiriam na adoção de um critério subjetivo (IENNACO, 2006, p.142).

Entretanto, nem todos os profissionais da área concordam com esse processo, questionando, pois, o quanto essa imparcialidade pode ser útil. Rodrigues (2007) e Marques (2010), por exemplo, alegam que o concurso exige apenas que o candidato seja capaz de decorar leis e os códigos, não exigindo dele qualquer outro raciocínio, e aponta que sendo essa uma profissão onde há exigências especiais: “somente aqueles que se adequam ao tipo psicológico do juiz poderão bem exercê-la” (MARQUES, 2010, p.60). Para os referidos autores, aspectos da personalidade do candidato deveriam ser considerados, evitando-se, pois, o risco de a personalidade do futuro magistrado ser incompatível com o exercício da profissão.

Marques (2010), baseando-se nas práticas do estado do Rio Grande do Sul, argumenta que um exame psicotécnico deveria ser realizado, a título de prova eliminatória “[...], pois, é por meio dele que se avalia a vocação dos candidatos, não sendo concebível que alguém ingresse na carreira sem vocação comprovada” (p.56-57). Pois, na medida em que a natureza do trabalho do juiz de Direito é predominantemente individual e se caracteriza, em grande parte, por atividades intelectuais tais como estudos, pesquisas e análises, a disponibilidade pessoal para tais atividades deveriam ser avaliadas.

Os autores citados concordam, ainda, que o êxito no concurso não deve ser o ponto mais alto da trajetória profissional e que este deveria, na verdade, ser apenas o início de uma caminhada, que se não for bem realizada, comprometerá tanto sua carreira quanto a sociedade - que depende de suas decisões. No livro “Dos dilemas e da arte de julgar”, Moraes (2008) propõe uma discussão a respeito da essência de ser juiz e critica aqueles pares que não estão bem preparados para o exercício da magistratura, deixando inflar o ego pela vaidade. Alega que um juiz “pode ser ele mesmo” e que pode ainda exercitar suas virtudes cardeais, mas que deve, sempre, vigiar para não cair na ‘tentação’, desvirtuando-se.

3.3 SER JUIZ: APRENDIZADO OU VOCAÇÃO? CONSTRUINDO UMA IDENTIDADE

No meio jurídico são muitas as forças que agem no sentido de criar e fortalecer, nos juízes, certa sensação de pertencimento grupal. Forças essas que agem, de acordo com Rodrigues (2007) e Sinhoretto (2005), objetivando abominar diferenças e eliminar exceções, através do desenvolvimento de certa “identidade linguística” (Rodrigues, 2007, p.148) e corporal (no sentido da postura a ser assumida) que os diferencia de outros grupos e, ao mesmo, torna idênticos os membros de seu grupo.

Como ressalta Bonelli (1998), neste campo há

[...] uma lógica de pertencer ao mesmo universo (...), pois além do fato de lidarem com a questão da justiça, vivem cotidianamente uma intensa socialização no mundo do Direito, com uma linguagem própria, um jeito de agir e até uma aparência semelhante no vestir, dada predominantemente pelo ambiente do fórum. (BONELLI, 1998, p.189-190)

De acordo com Mazzilli e Paixão (2002, p.03), o juiz de direito “está sujeito às normas explícitas que definem a realização de suas atividades” e, no seu entorno, há toda uma estrutura funcionando no sentido de nortear não apenas sua conduta profissional, mas

também o seu modo de ser. Estes autores revelam ainda que a ação do juiz acaba por ser norteada através de quatro classes de deveres, a saber:

1. Deveres pessoais: diz respeito às características de personalidade do juiz, seu comportamento pessoal, ou seja, sua vida particular e pública.
2. Deveres administrativos: diz respeito ao cumprimento das normas administrativas dos Tribunais.
3. Deveres jurisdicionais gerais: diz respeito ao cumprimento, propriamente dito, da função de julgar.
4. Deveres jurisdicionais processuais: diz respeito ao cumprimento das normas processuais, cíveis, trabalhistas, penais, eleitorais e militares.

Na mesma direção, Moraes (2008, p.88) aponta que

[...] ao mesmo tempo em que o juiz tem o poder-dever de decidir sobre a liberdade [...] das pessoas, ele, pessoalmente se vê muito privado em sua liberdade pessoal. É algo paradoxal. É que, ser juiz, impõe à pessoa uma série de limitações, desde o que ele fala, com quem se relaciona, como se traja e até sobre os locais que visita.

O que se pode perceber é que o juiz de direito sofre com pressões que extrapolam o âmbito profissional e atravessam a sua vida pessoal, na medida em que lhe é estabelecido um padrão de comportamento. Como aponta Rodrigues (2007), o juiz abre mão de ser guia, para se tornar guiado. Abrir mão este que

não é realmente o que o juiz deseja para si, mas aquilo que ele é obrigado a procurar satisfazer, para não ter de tolerar a angústia básica do isolamento e da preterição aos benefícios da progressão funcional (p.124).

Dessa maneira, poder-se-ia pensar que a construção da identidade do juiz de direito transita entre o sentimento de pertencimento a uma instituição (um grupo), as motivações referentes à escolha da carreira e ao seu desempenho no cargo. Pois, uma vez assumido o título de magistrado, este indivíduo passa a ser fiscalizado e cobrado em suas ações e pensamentos. Como comenta Rodrigues (2007, p.121): “Num meio medíocre, onde todos professam o bê-a-bá pela mesma cartilha, a individualidade é sufocada e oprimida [...]”.

No plano social, vale este (...) exemplo: “preciso me comportar como um verdadeiro magistrado nessa festa, ou posso me passar um pouco na bebida, ou posso me envolver no clima de sedução que está pintando, ou posso perder as estribeiras e reagir agressivamente a tal provocação?” (MARQUES, 2010, p.112).

A construção dessa identidade perpassaria ainda o espaço físico do tribunal e o momento do julgamento, onde toda a cena é cuidadosamente construída em torno do corpo do juiz. Sua invulnerabilidade, seu direito à palavra e, ainda, seu direito de controle sobre a palavra e o corpo do outro se fazem presente de maneira soberana e tudo isso é consequência de um enclausuramento desse personagem, que desde a época colonial, ao se afastar do povo, garantiu a ordem social e a soberania sobre os mesmos. O juiz surge, nesse momento, como o intocável, quase um deus (SINHORETTO, 2005; PEREIRA FILHO, 2005).

No mesmo sentido, Bonelli (1998) aponta que o juiz é uma construção baseada nas características de seu próprio grupo, mas também a partir da diferenciação do outro. Para o autor, ao falar positivamente de seu *ingroup* – ativo, dedicado e trabalhador – esta figura se distancia daquele modelo de funcionário público (*outgroup*) que faz ‘corpo mole’ e que não produz nada no trabalho. Ambos os discursos servem para reforçar a ideia de que para ocupar esse lugar é preciso não apenas passar num concurso, mas ter dedicação, vocação, competência e, conseqüentemente, merecer aquele espaço. O relato de um juiz exemplifica essa crença:

O juiz, ele tem uma carga de serviço que vai muito além daquilo que seria o ideal. O juiz tem que trabalhar diariamente de 12 a 14 horas. Eu estou falando de juiz que trabalha. Não estou falando de alguns que tem realmente uma exceção que não é muito ligada em trabalho, não é vocacionada e deveria estar em outro ramo, menos na Magistratura. (BONELLI, 1998, p.206)

Ainda nesse sentido, Mazzilli e Paixão (2002) comentam que o cenário jurídico é ‘fator de risco’ para vaidade exacerbada. Isso porque, apesar do sistema judiciário contar com a presença de diversos personagens (advogados, promotores e usuários dos serviços, etc) a figura parece ocupar lugar de destaque. É dele o poder de decisão, de conciliação e de julgamento e as decisões finais. É ele quem detém todo o respeito inerente à função de ‘promover’ a justiça. Ele é a autoridade máxima.

Ressaltam também que são grandes as diferenças entre um juiz vocacionado e o juiz tecnicista. Sobre o primeiro, diz-se que ele ama o que faz e que se doa vocacionalmente, oferecendo sempre melhor de si. Trabalha tendo como meta o cumprimento de uma missão maior e faz profissão e confissão de fé pela Justiça, exercitando nela suas virtudes cardeais. Sobre o juiz tecnicista, por sua vez, diz-se que ele é frio, distante da população a quem atende e que se preocupa mais com o status econômico e privilégios. Atua sem amor e sem paixão pela Justiça e não se dedica com afinco a ajudar a alcançar o objetivo da Justiça. (MORAIS, 2008).

Na contramão de alguns autores e até da prática das escolas de magistratura, Fragale Filho (2008); Marques (2010) e Moraes (2008) propõe que não é possível que se aprenda a ser juiz, na medida em que o exercício da judicatura “vem do coração”. Esta seria uma vocação, para poucos; os poucos que apresentam virtudes como a honradez, a bondade, a independência, a coragem, a despretensão, o amor ao estudo, ao trabalho e a sua cultura, a temperança, o desejo pela justiça, bem como a sociabilidade e a brandura.

Também nessa direção, Marques (2010) comenta que algumas habilidades devem estar presentes em um “bom juiz”, tais como a capacidade de sorrir e a intuição aguçada. Aquela seria fundamental para criação de um vínculo de confiança nos usuários do serviço, e esta teria como finalidade encurtar o caminho para a decisão correta e para o convencimento das partes litigantes. Ressalta, no entanto, tal como outros autores, que a soberba é um defeito grave nessa categoria profissional e que não é apenas a característica de alguns, mas que essa “talvez seja uma doença profissional” (MARQUES, 2010, p.61).

Bonelli (1998, p.211), sobre o tema, comenta que ao entrevistar juizes percebeu que eles “apresentavam um estereótipo da conduta profissional que desaprovavam, para se distinguir deste modelo e construir sua trajetória de uma forma afirmativa”, tal como proposto por Tajfel (1979). O ‘eu’ seria, então, reconhecido a partir de características

positivas e o ‘outro’ a partir de características tidas como negativas, tais como inativo, incompetente, corrupto, apadrinhado e antiético.

Assim, também é possível observar que para além da diferenciação que se pretende entre essa categoria e as demais envolvidas (*ingroup x outgroup*) no universo jurídico (tais como a dos advogados, delegados, etc) há divergências existentes também dentro dela. A tensão, de acordo com Sinhoretto (2005), está presente em diferentes níveis e de formas diversas, por exemplo: entre primeira e a segunda instância do Poder Judiciário (ou seja, entre os dois patamares hierárquicos da carreira), entre seus pares e os demais funcionários públicos ou federais (que normalmente não tem uma boa imagem perante a sociedade, sendo vistos como lentos e descomprometidos) e, ainda, entre os iguais, se faz presente uma disputa em torno do poder. A autora aponta, ademais, que

Há [...] segmentações no interior desta elite, que traduzem disputas, lutas, resistências, deslocamentos, defasagens de poder: os operadores que procuram fugir da ostentação material reforçam ainda mais um certo “figurino” que tende ao sóbrio, visando a mensagem do desprendimento material: qualquer terno, portanto azul ou cinza; qualquer camisa, portanto branca; qualquer sapato, portanto preto; qualquer gravata, portanto no tom do terno ou vermelha, sempre lisa, de pequenas estampas ou listada. [...] Trata-se de uma normalização dos corpos que se manifesta num gosto de classe sofisticado e caro (SINHORETTO, 2005, p.150).

Estes discursos, em alguns momentos coesos, em outros conflitantes podem apontar, então, para a existência de uma identidade para este grupo, pois, como proposto por Tajfel (1983) para que se possa falar em identidade social, é preciso que se verifique, principalmente, se há o sentimento de pertença. É preciso, ademais, que se verifique a existência de conflito, pois falar em identidade social significa falar deste conceito.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma dada realidade social tem ligação com as relações estabelecidas entre indivíduos e sociedade. Como seres sociais, são essas relações que, orientando as ações nos diferentes contextos, contribuem para construção de determinadas práticas, tais como aquelas relacionadas ao universo laboral. Assim, considerando-se que é através do “processo de categorização social, [...] que elaboramos nossas representações acerca do outro e de nós mesmos” (BONOMO, 2008, p.156), objetivou-se abordar um pouco sobre de que maneira as relações estabelecidas permitiram o surgimento da figura do juiz de Direito tal como é reconhecida hoje.

Considerando as limitações deste ensaio, que não teve acesso direto aos profissionais da área, mas apenas a textos produzidos por eles, arrisca-se dizer que há uma identidade social em desenvolvimento ou já construída entre esses profissionais. Pois, a partir do material produzido pelos próprios magistrados acerca de seu *ingroup*, pode-se perceber que suas representações estão orientadas pelas representações que eles têm sobre o *outgroup*, formadas principalmente por conteúdos negativos, ou seja, formadas principalmente por aquilo que aquele grupo diz não ser.

Existe, igualmente, um conflito interno estabelecido entre os ditos verdadeiros e falsos juízes: o juiz por vocação seria o verdadeiro juiz, enquanto o outro, o juiz mercenário, não o seria (Bonelli, 1998). Como aponta Bonelli (1998, p.204), no mundo do Direito

há competições de ordem intra e extra profissionais, o que opõe à visão inicial “da profissão como um grupo coeso, com uma única identidade coletiva”.

Por fim, ressalta-se que estes achados parecem estar de acordo com a TIS, na medida em que ela diz que o estabelecimento de fronteiras entre o *ingroup* (ou quem “somos”) e o *outgroup* (quem “não somos”), permite o ordenamento da realidade, e que

As práticas empreendidas pelo próprio grupo e pelos outros grupos com os quais se relaciona são [...] orientadas por uma tendência à atribuição de características e valores negativos aos exogrupos e positivamente das características relacionadas ao grupo de pertencimento [...] (BONOMO, 2008, p.157).

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002.

BONELLI, Maria da Glória. **A competição profissional no mundo do Direito**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, v.10, n.1, pp. 185-214, 1998.

BONOMO, Mariana, TRINDADE, Zeidi Araújo, SOUZA, Lídio de *et al.* **Representações sociais e identidade em grupos de mulheres ciganas e rurais**. *Psicologia*, vol.22, no.1, p.153-181, 2008.

BORTOLUZZI, Valéria Iensen. **A organização temática da sentença da jurisprudência como mecanismo de construção da identidade social/profissional do juiz do STF**. Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul: Revista Linguagem e Cidadania, ed. 13, Jun/2005. Disponível em: http://www.ufsm.br/lec/01_05/Valeria.pdf

CABECINHAS, Rosa e LÁZARO, Alexandre. **Identidade Social e Estereótipos Sociais de Grupos em Conflito**: Um Estudo numa Organização Universitária. In Cadernos do Noroeste, vol. 10, n.1, Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, pp. 411-426, 1997.

DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda A. P. **Assertividade, sistema de crenças e identidade social**. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 9, n. 13, pp. 125-136, jun. 2003.

DIAS Evander. **A influência do paradigma dogmático da ciência do direito na formação do jurista**. Trabalho publicado nos Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI, realizado em Brasília – DF nos dias 20, 21 e 22 de novembro de 2008. Disponível em: http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasil/07_477.pdf

FRAGALE FILHO, Roberto. **Aprendendo a ser juiz**: A Escola da Magistratura da Justiça do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008. http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_74/Luiz_Iennaco.pdf

IEENACO Luiz Antônio de Paula. **O consciente e o inconsciente nas decisões judiciais**. Revista Tribunal Regional do Trabalho. 3ª Reg., Belo Horizonte, v.44, n.74 p.133-146, jul./dez.2006.

JACQUES, Maria da Graça Corrêa. Identidade e trabalho: uma articulação indispensável. In: Antonio Cattani. (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. Ed. ,4 Petrópolis, pp. 161-164, 2006.

LEITE, Roberto Basílone. **O Direito dos Tribunais: Papel, Importância Social e Limites em Face do Princípio da Independência do Juiz**. Revista LTR legislação do trabalho, v. 66, n. 01, pp.24-40, jan. 2002.

MARQUES Luiz Guilherme. **A Psicologia do Juiz**. São Paulo: Letras Jurídicas, 2010. 164p.

MAZZILLI Claudio Pinho e PAIXAO Regina. **Análise do significado do trabalho dos juízes em Mato Grosso do Sul**. [REAd - Revista Eletrônica de Administração v. 8, n. 1. Edição 25](#), 2002.

MORAIS, Océlio. **Dos Dilemas e da Arte de Julgar**. São Paulo: Editora LTR, 2008. 120p.

MUSLEH Maher. **A transformação da identidade do vitimizador sexual que se transformou em “vítima”**. Dissertação (mestrado) Universidade São Marcos, São Paulo, 2003.

PEREIRA FILHO, Benedito Cerezzo. **O poder do juiz: ontem e hoje**. Artigo publicado nos anais do XIV encontro nacional do Conpedi, 2005.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. **Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública**. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 29, n. 4, Aug. 1995.

RODRIGUES João Gaspar. **O perfil Moral e Intelectual do Juiz Brasileiro: Formação dos Magistrados no Brasil**. Ed.1. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabbris (SAFE), 223p, 2007.

ROTHER, Edna Terezinha. **Revisão sistemática X revisão narrativa**. Acta paul. enferm.[online]. vol.20, n.2, p. v-vi, 2007.

SINHORETTO Jaqueline. **Corpos do poder: operadores jurídicos na periferia de São Paulo**, Porto Alegre: Sociologias, ano 7, n.13, pp. 136-161, 2005.

SUDA, Joyce Rumi e SOUZA, Lidio e Souza. **Identidade social em movimento: a comunidade japonesa na Grande Vitória (ES)**. Psicologia e Sociedade; v.18, n.2, pp.72-80, mai./ago. 2006.

TAJFEL, Henri. **Grupos humanos e categorias sociais: estudos em psicologia social II**. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

LINGUAGEM E PODER: UMA RELAÇÃO ÍNTIMA

Adaleir Alves de Andrade Junior⁶
Alexandra Barbosa Oliveira⁷

RESUMO

A linguagem pode ser considerada um traço de comportamento tipicamente humana, sendo a evolução da linguagem decisiva na constituição da nossa espécie. Como um sistema de comportamentos complexos, ela pode ser falada, escrita ou traduzir-se em sinais dentro de certas ordens e com regras. A linguagem é uma instituição social, um instrumento de intercambio social que permite a mediação entre os homens e a cultura, mas que também funciona como veículo de ideologia, poder e dominação. O objetivo é fazer uma pesquisa bibliográfica estabelecendo uma relação entre linguagem e poder, procurando apontar situações em que a linguagem é utilizada como arma com a qual o homem tenta dominar seu semelhante. Existem formas para sair dessa situação, isso é possível a partir do momento que o indivíduo consegue confrontar sua realidade com diferentes significados, ampliando, questionando e pensando sobre ele e não simplesmente agindo em resposta a uma ordem.

Palavras-chave: Dominação. Ideologia. Linguagem. Poder.

ABSTRACT

The language can be considered a behavioral trait typically human language evolution being decisive in the formation of our species. As a system of complex behaviors, it may be spoken, written, or translated into instrument of social interchange that allows mediation between men and culture, but also functions as a vehicle of ideology, power and domination. The goal is to make a literature establishing a relationship between language and power, trying to point out situations in which language is used as a weapon with which man tries to dominate his fellow man. There are ways out of this situation, it is possible from the moment that the individual can confront their reality with different meanings, expanding, questioning, and thinking about it and not simply acting in response to an order.

Keywords: Domination. Ideology. Language. Power.

⁶ Psicólogo, especialista em Psicologia do Trânsito e Pós Graduado em Didática do Ensino Superior. Professor da Faculdade Capixaba de Nova Venécia - Multivix.

⁷ Bibliotecária da Faculdade Capixaba de Nova Venécia - Mutivix, Pós Graduada em Didática do Ensino superior.

1 INTRODUÇÃO

A linguagem pode ser considerada um traço de comportamento tipicamente humano, sendo a evolução da linguagem falada como a conhecemos decisiva na constituição da nossa espécie.

A aquisição da linguagem propiciou o desenvolvimento ontogenético e filogenético, acarretando um nível de consciência que diferencia a nossa espécie de outras criaturas. Como um sistema de comportamentos complexos, ela pode ser falada, escrita ou traduzir-se em sinais dentro de certas ordens e com regras. É evidente que a linguagem é uma instituição social, um instrumento de intercâmbio social que permite a mediação entre os homens e a cultura, mas que também funciona como veículo de ideologia, poder e dominação.

Diante deste aspecto, nosso objetivo é fazer uma breve exposição da relação existente entre linguagem e sua parte social, e a língua com o poder. Procurando apontar situações em que a linguagem é utilizada como arma com a qual o homem tenta dominar seu semelhante, enfatizando que não é possível pensar em linguagem sem ideologia, e sem poder. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica com base em diversas obras e autores, dentre eles Barthes, Saussure, Clastres, Terwilliger, Carvalho.

Sua validade se deve ao fato que se desejamos compreender o homem e como ele constrói sua realidade social, o estudo da linguagem e sua relação com o poder se impõem como necessária.

2 LINGUAGEM COMO VEÍCULO DE DOMINAÇÃO

Para Lane, “a linguagem se originou na espécie humana como consequência da necessidade de transformar a natureza, através da cooperação entre os homens, por meio de atividades produtivas que garantissem a sobrevivência do grupo social” (1984, p.82)

Nesta perspectiva, a linguagem é produto de uma coletividade e reproduz uma visão de mundo que é produto das relações que se desenvolveram a partir do trabalho produtivo para a sobrevivência do grupo social.

Como tem enfatizado Fiorin, “a linguagem cria a imagem do mundo, mas é também produto social e histórico, assim, a linguagem criadora de uma imagem do mundo é também criação desse mundo”. (1990, p.53)

Barthes (1996, p.12), demonstra o aspecto político social da linguagem e sua íntima relação com o poder. Diz ele:

o poder é o parasita de uma organização trans-social ligado á historia inteira do homem, e não somente a sua história política, histórica. Esse objeto em que se inscreve o poder, desde toda a eternidade humana, é a linguagem, ou para ser mais preciso sua expressão obrigatória: a língua.

De tal forma que o poder se encontra presente nos mais finos mecanismos de intercâmbio social: não somente no Estado, nas classes, nos grupos, mas ainda nas modas, nas opiniões correntes, nos espetáculos, nos jogos, nos esportes, nas

informações, nas relações familiares e privadas, e até mesmo nos impulsos liberadores que tentam contestá-los.

Para Barthes (2001, p.17), a partir de Saussure, a língua é praticamente, a linguagem menos a fala. É ao mesmo tempo uma instituição social e um sistema de valores, trata-se essencialmente de um contrato coletivo ao qual temos de nos submeter em bloco se quisermos comunicar.

Segue ele nos dizendo que a língua é fascista, pois, o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer. Sendo assim, para Barthes (1996, p.13), pela sua própria estrutura, a língua implica uma relação de alienação e servidão, onde falar não é comunicar, é sujeitar-se. Para apoiar tal fato, ele nos fornece como exemplo a língua francesa, onde se é obrigado a marcar sua relação como o outro recorrendo quer ao *tu* que ao *vous*, o suspense afetivo ou social lhe é recusado, da mesma forma é obrigado a escolher sempre o masculino e o feminino, ficando o neutro e o complexo proibido, bem como a se colocar primeiro como sujeito antes de anunciar a ação.

É interessante, neste momento, pensar em situações em que a palavra é lei, e a linguagem, nesses casos, funciona como uma arma de poder pela qual um indivíduo tenta controlar outro.

Terwilliger (1974, p.316), analisa este aspecto da linguagem em situações como a hipnose, a lavagem cerebral e o comando militar. Na hipnose, a palavra do hipnotizador é quase literalmente lei. Cada um dos seus pronunciamentos é um comando, obtendo assim uma total submissão às suas palavras. O hipnotizador pode comandar ocorrências puramente sensoriais, pode fazer com que o sujeito veja incorretamente as coisas, ou que ouça sons inexistentes. O hipnotizador pode fazer com que o sujeito traduza o significado de uma palavra diretamente em comportamento e experiência. Se o hipnotizador falar sobre situações desconhecidas para o hipnotizado, provavelmente, nada ocorrerá. Um fato curioso é que a sugestibilidade à hipnose aumenta com a ordem de nascimento. “A variável crucial está aparentemente relacionada à dependência ou a tendência de colocar-se ao dispor de outros”.

No Comando militar, a palavra do comandante é lei para o subordinado. Ele age antes de pensar, sendo características do “bom soldado” executar ordens imediatamente e sem discussão, onde a não execução de uma ordem pode acarretar uma série de danos para ele, inclusive danos físicos. Toda essa obediência é conseguida através da eliminação de significado; as palavras passam a ter um só significado possível, não dando espaço ao questionamento.

Quanto à lavagem cerebral, outro exemplo extremo do poder das palavras, em essência segundo Terwilliger (1974, p.322), ela consiste

numa tentativa de induzir a pessoa a abandonar uma ideologia e aceitar outra, fazendo-o de maneira total e completa, de sorte que venha acreditar na ideologia nova, tal como acreditou na anterior, passando a reagir em função dessa alteração, corresponde isso a uma tentativa, em larga escala, de eliminar um conjunto de significados a certos termos, substituindo-o por outro conjunto e se fundamenta na presunção de que toda ideologia consiste de um conjunto de significados ligados a um grupo particular de palavras. No caso, as ideologias são políticas e são termos sociais democracias, liberdade, comunismo e imperialismo.

Nos três casos citados acima, fica claro o quanto a imposição de um significado único e inquestionável a palavra é uma forma de dominação de um indivíduo perante outro. Isso é marcante em sociedades baseadas na divisão: chefe-subordinados, senhores-escravos.

Esses três exemplos nos fazem recordar as palavras do antropólogo Clastres (1978, p.106) que com clareza elucida o que comenta acima:

Falar é antes de tudo deter o poder de falar. Ou ainda, o exercício do poder assegura o domínio da palavra: só os senhores podem falar. Quanto aos súditos, estão submetidos ao silêncio do respeito, da veneração ou do terror. Palavra e poder mantêm relacionamentos, tais que o desejo de um se realiza na conquista do outro. Príncipe, déspota ou chefe de Estado, o homem de poder é sempre não somente o homem que fala, mas a única fonte de palavra legítima: palavra empobrecida, palavra certamente pobre, mas rica em eficiência, pois ela se chama ordem e não deseja senão a obediência do executante. [...] Toda tomada de poder é também uma aquisição de palavra.

3 SLOGAN COMO ARTIFÍCIO DE PODER

Outra forma de pensarmos a relação entre poder e linguagem é examinando a linguagem política presente no slogan que influencia a ação dos indivíduos.

Reboul (apud CARVALHO, p. 39) define o slogan como a linguagem que leva as pessoas a agir sem que possam discernir a força que as impele. O slogan acabou fazendo parte do ambiente do ser humano no século passado persuadindo-o e influenciando seu padrão de comportamento.

Segundo Reboul (apud CARVALHO, p.41) o slogan leva a agir sem escolher, sem discernir, sem pensar. É uma forma violenta de condicionamento e de manipulação através da palavra. Essa afirmação fica evidente quando retornamos no tempo e refletimos sobre os slogans presentes na época do regime militar, que denotam que o slogan tinha a finalidade de fazer agir sem pensar. Um bastante difundido que elucida o que foi comentado acima era: “Brasil ame-o, ou deixe-o”.

Sendo que esse slogan foi utilizado como justificativa para a realização de atos verdadeiramente autoritários por parte dos militares levando inclusive a expulsão daqueles que consideravam não “amantes” do país.

Segundo Carvalho (2002, p.41) “na realidade, é em seu ocultamento, em sua autodissimulação, que reside seu poder”.

A autora comenta que em muitos casos os slogans foram utilizados como justificativa para as atrocidades cometidas em tempos de guerra. Carvalho (2002, p.42) comenta “para a guerra como para a guerra, ou em alemão isto é a guerra”.

Carvalho (2002, p.42) comenta “uma linguagem em busca da ação: eis o que define o slogan. Uma linguagem sem compromisso com a demonstração e, pasme-se, com uma das funções primárias da fala humana, a comunicação. Tal linguagem foi a ferramenta básica do atroz ministro da propaganda de Hitler, Joseper Goebbels (apud Reboul, op.

Cit. p. 111), que afirmou sarcasticamente. Não falamos para dizer alguma coisa, mas para obter um determinado efeito”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que a linguagem tornou-se um comportamento presente na história humana, propiciando o desenvolvimento da nossa espécie e o alargamento da cultura. Como atividade que integra a ação humana, ela é utilizada como instrumento de poder e dominação, presente na nossa cultura. Foram várias as situações que a linguagem apareceu como dominação, como veículo de ideologias, seja presente no comando militar, ou no slogan.

Obviamente existem formas para sair dessa situação, isso é possível a partir do momento que o indivíduo consegue confrontar sua realidade com diferentes significados. Ampliando, questionando, é pensando sobre ele e não simplesmente, agindo em resposta a uma ordem ou a um slogan.

O importante é não separarmos o pensar do agir e constantemente, e fazermos uma comparação entre o discurso e a realidade social.

Entre a palavra e a ação, deverá sempre existir o pensamento para não sermos dominados por aqueles que detêm o poder da palavra.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, R. **Aula**. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1996

_____. **Elementos de Semiologia**. São Paulo: Cultrix, 2001.

CARVALHO, Isaar Soares de Carvalho. O caráter atuacional da linguagem e o lugar do slogan na ação política. **Revista Lúmen**, São Paulo, v.8, n.19, p. 31-47, set./dez. 2002.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1990.

LANE, S. T. M. **O que é psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984

TERWILLEGGER, R. **Psicologia e linguagem**. São Paulo: Cultrix. 1974

CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL: DANOS PSICOLÓGICOS E PSÍQUICOS DECORRENTES

Aline Cadurini Pezzin⁸

RESUMO

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno transgeracional, que pode estar associada a dano físico, psíquico e moral, podendo acarretar em perturbações psicológicas e comportamentais na vida adulta. Dessa forma, o objetivo desse estudo de revisão bibliográfica é de relacionar a prática de violência sexual contra crianças e adolescentes com a manifestação do dano psíquico e psicológico enquanto consequências impactantes na vida desses sujeitos. Para isso, utilizou-se como método a pesquisa bibliográfica em livros e artigos, a fim de avaliar a presença de sintomas psíquicos e psicológicos não evidenciados a priori. Neste estudo, ressalta-se a necessidade do estabelecimento de alternativas que leve em consideração não somente os aspectos físicos, mas também os psicológicos e psíquicos até então pouco ressaltados no contexto dessa problemática.

Palavras-chave: Violência Sexual. Criança e Adolescente. Dano Psicológico.

ABSTRAT

Sexual violence against children and adolescents is a transgenerational phenomenon, which may be associated with physical, mental and moral damage, which may result in psychological and behavioral disorders in adulthood. Thus, the aim of this literature review is to relate the practice of sexual violence against children and adolescents with the signs of the psychic damage and psychological consequences as impactful on the lives of these persons. In order to achieve that, it was used as method the bibliographic research through books and articles, in order to evaluate the psychiatric symptoms and psychological factors not evident a priori. This study underscores the necessity of establishing alternatives that take not only considerations regarding physical, but also psychological and psychic, until then little emphasized in the context of this problem.

Keywords: Sexual Violence. Children and Adolescent. Psychological Damages.

⁸ Formada em psicologia pela Universidade de Vila Velha, especialista em psicologia Clínica/ Psicoterapia na Abordagem Centrada na Pessoa e na Psicoterapia Existencial, pelo Instituto Brasileiro de Psicologia Centrada na Pessoa e é docente do curso de Psicologia da Faculdade Multivix-Nova Venécia

1 INTRODUÇÃO

A violência sexual vem sendo disseminada há muitos anos em todo o mundo, sendo um fenômeno complexo, com múltiplas causas e consequências para a vítima. Trata-se de um acontecimento de difícil enfrentamento, que tem aumentado de forma assustadora o número de vítimas a cada ano, tendo estudos demonstrado e confirmado que tal conduta acontece em todas as classes sociais, que não se restringe a determinada etnia ou credo, que pode atingir crianças e adolescentes em todas as faixas etárias, tornando-se um motivo de preocupação para a sociedade como um todo (AZEVEDO, apud PAIXÃO; DESLANDES, 2010).

Segundo a Organização Mundial da Saúde, a violência sexual infantil acontece quando uma criança é vítima de alguém mais velho do que ela, e essa pessoa obtém satisfação sexual. Esse tipo de violência resulta em consequências que influenciam tanto a saúde das vítimas, quanto a vida social das mesmas, provocando sérios danos à integridade física e psíquica da criança e do adolescente. Tal prática de abuso é muito comum no seio familiar, sendo esta facilitada pela relação de convívio entre as partes envolvidas: pai, filho, sobrinho, padrasto, bem como por indivíduos conhecidos como vizinhos e amigos. Dentre os diversos tipos de violência, a violência sexual é uma das mais difíceis de ser revelada, pois, dificilmente deixa rastros, ou seja, não deixa marcas de violência física. Todavia, a violência sexual e física contra esses sujeitos ainda é algo que surpreende nossa sociedade.

No contexto histórico, atividades sexuais entre adultos e crianças/adolescentes podem ser encontradas nos registros de civilizações antigas e modernas. Nesse contexto, considera-se que violência contra a criança e adolescentes vem ocorrendo desde a idade média, onde a sociedade não tratava esses indivíduos como cidadãos de direito, colocando-os em condição de inferioridade frente ao adulto. No entanto, diante das novas exigências sociais e econômicas, passou a se ter um novo olhar sobre as crianças e adolescentes, conferindo a estas um papel de investimento futuro, procurando atender de forma integral as necessidades psicológicas, emocionais, cognitivas e físicas das mesmas.

Com isso, foi a partir da década de 90 no Brasil, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, atualmente representado pela sigla ECA, que esses indivíduos passaram a ser considerados sujeitos de direito, deixando de serem vistos como menores incapazes, objetos de tutela, de obediência e de submissão, resultando na construção de novas relações adulto-jovens, baseada em relações afetivas de proteção e cuidado. (PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO JUVENIL, 2002).

Em decorrência das mudanças emergidas, muitos pesquisadores começaram destacar e a chamar a atenção para o surgimento das consequências negativas do abuso sexual infanto-juvenil, principalmente no plano psicológico, consequências estas nem sempre evidenciadas com marcas visíveis, mas sim, muitas vezes, internalizadas e externalizadas com marcas inapagáveis. Desta forma, o dano psicológico e psíquico passa a serem considerados consequências impactantes na vida de crianças e adolescentes, sendo pouco a pouco junto ao sistema de justiça criminal aceitos como provas para abertura de ação penal que incide a criança e o adolescente após ter sofrido o evento traumático (SILVA, 2006).

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo identificar através de uma pesquisa bibliográfica a manifestação do dano psicológico e psíquico evidenciados a curto ou em longo prazo, enquanto consequências impactantes em crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, bem como a delimitação de alguns aspectos básicos que caracterizam a violência/abuso sexual, no intuito de alertar para a necessidade do estabelecimento de alternativas que leve em consideração não somente os aspectos físicos, mas também os psicológicos e psíquicos, até então pouco ressaltados nesse contexto.

2 METODOLOGIA

O presente artigo consiste em uma revisão bibliográfica, um estudo exploratório, retrospectivo de levantamento bibliográfico da produção científica realizado durante a elaboração do respectivo trabalho. Para isso, foi realizada uma busca em três bases de dados eletrônicas, Scielo (Scientific Electronic Library Online, biblioteca eletrônica de periódicos científicos brasileiros), LILACS (Literatura Latino Americana e do Caribe, em Ciência da Saúde) e a base de dados do Ministério da Saúde, disponibilizada pelo site oficial desse órgão. Como estratégia de busca, optou-se por uma pesquisa no campo de todos os índices tendo como palavras chaves: Crianças e Adolescentes; Abuso e violência sexual vítimas de abuso sexual, Dano psicológico e Dano psíquico. Ainda foram adicionados artigos obtidos por meio de busca manual, navegação pela internet, bem como livros e textos já publicados na literatura especializada que abordam o tema em discussão. No total foram utilizados na elaboração deste trabalho, 14 artigos científicos e 3 livros. O período de publicação utilizado no trabalho foi entre 1998 e 2010, o que possibilitou refletir uma produção mais recente sobre o tema. No entanto, não foi estabelecido nenhum critério de refinamento com relação ao ano de publicação, mas a relevância do material para o trabalho.

Na etapa seguinte, iniciou-se o processo de avaliação, leitura e fichamentos dos artigos, reunindo as informações necessárias e úteis à elaboração do trabalho. Após criteriosa leitura, o trabalho se dividiu com os seguintes subtítulos: Introdução, Abuso Sexual: Manifestação de Violência Infanto-juvenil, Abuso Intra-Familiar e Extra-Familiar, e, finalmente, os Danos Psicológicos e Psíquicos: Consequências vividas pelas vítimas e Considerações finais.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 ABUSO SEXUAL: MANIFESTAÇÃO DE VIOLÊNCIA INFANTOJUVENIL

Desde a antiguidade até os dias atuais, a violência manifestada em diversas formas, acometida por pessoas de todos os gêneros e classes sociais, vem tomando espaço cada vez maior na vida do ser humano. Todavia não se trata de um fenômeno natural da vida, mas sim de algo criado socialmente, cuja incidência não é proporcional ao teor verdadeiro de casos, uma vez que, a grande maioria destes, não chega às autoridades competentes. Esse fenômeno constitui um problema mundial que vem sendo perpetrada desde a antiguidade em todos os lugares do mundo.

Entretanto, segundo Liborio e Camargo (s.d.), este fenômeno nem sempre foi considerado como uma forma de violação aos direitos da criança ou do adolescente, conceito bastante atual, fortalecido a partir de 1990 no Brasil, em função da promulgação do ECRIAD.

Para Faleiros (2000, apud LIBORIO; CAMARGO s.d.), a violência sexual contra crianças e adolescentes sempre foi um comportamento que esteve presente em todas as classes sociais, correlacionada à compreensão de sexualidade humana, ao nível de desenvolvimento civilizatório da sociedade, ao entendimento a respeito das relações de gênero, posição que a criança e/ou adolescente ocupa na família e o papel da família no interior das estruturas sociais e familiares.

Sobre esse mesmo tema, Ribeiro e Dias (2009, p.466) salientam que:

a violência contra a criança é fruto de concepções históricas e políticas do ser criança. A sociedade nunca a tratou com os mesmos direitos que o adulto. Este exerce, no cotidiano, um domínio além do exercício da autoridade de pais, professor, etc. A relação de inferioridade da criança frente ao adulto é abordada em estudos sobre a história da infância no mundo. A hegemonia do adulto sobre a criança é uma forma de autorização velada, sutil, que favorece a ocorrência de distintas manifestações da violência contra a criança, seja em âmbito familiar ou extra-familiar.

De acordo com a União de Mulheres de São Paulo (2001, apud CAMPOS et all, 2005), foi a partir dos anos 90 que a violência sexual passou a ser considerada foco de atenção na área da saúde pública, e desde então, houve desenvolvimento de ações públicas direcionadas às pessoas que se encontrem nesta situação.

Nessa mesma perspectiva, Furniss (1993, apud AMAZARRAY; KOLLER, 1998,p.04)

afirma que a consciência cada vez maior do abuso sexual da criança por parte dos profissionais tem sua origem em duas fontes. A primeira é o crescente movimento dos direitos da criança, enquanto que a segunda fonte é o crescente conhecimento e preocupação com a saúde física e mental da criança.

Segundo Paixão e Deslandes (2010,p.116):

no Brasil, a temática do abuso sexual de crianças e adolescentes adquire maior expressão política na década de 1990, com a instituição do ECRIAD - Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/90 (CEDCA, 2000; Diário do Senado Federal, 2004). Retratando uma maior maturidade e engajamento por parte da sociedade brasileira, ampliam-se as atuações de Organizações Não Governamentais (ONGs), criam-se Fóruns, Conselhos e inicia a consolidação dos movimentos sociais e políticos para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. Respondendo pela integração dos atores sociais e governamentais a favor da efetivação do ECRIAD, entra em funcionamento o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), com a responsabilidade de implementar Conselhos em Estados e Municípios. Estabelecem-se Conselhos de Direito e Tutelares.

O conceito de violência é definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como o “uso da força física ou do poder, real ou ameaça contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência e desenvolvimento ou privação”.

Alinhado a esse mesmo pensamento, Martins e Jorge (2009,p.801) colocam que:

definida como “um ato ou omissão capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico”, a violência, em sentido estrito, caracteriza-se “pelo uso da força com vistas à exclusão, ao abuso e ao aniquilamento do outro”, podendo ser ocasionada por um indivíduo, um grupo, um segmento social ou por um país, expressando-se na sociedade como uma relação de dominação do mais forte sobre o mais fraco.

Segundo Martins e Jorge (2009,p.801):

A violência, nas suas diferentes expressões e formas, pode se manifestar na violência estrutural (oriunda do sistema social e relativa às condições de vida, ausência ou precariedade de políticas públicas, trabalho infantil, analfabetismo, crianças e adolescentes em situação de rua ou de institucionalização), na violência criminal ou infracional (envolvendo os indivíduos como vítimas e/ou agressores) e na violência doméstica (nas suas quatro principais manifestações: a física, a sexual, a psicológica e a negligência).

Entretanto, dentre as categorias de violência citadas, a violência sexual constitui sem dúvida uma das mais cruéis formas de violação dos direitos humanos, manifestada na forma de abuso sexual infantil ou maus-tratos contra as crianças e adolescentes.

Esta forma de violência praticada contra crianças e adolescentes tem sido considerada um problema de saúde pública, uma doença social devido aos altos índices de incidência, que envolve a própria vítima, a sua família, e a sociedade em geral, afetando de modo significativo todas as relações sociais, revestida por um quadro de terror particular, silenciosa e devastadora, promotora de desequilíbrio social (CHARAM 1997; REIS 2001, apud CAMPOS et all, 2005).

Para Furniss, (1993, apud SILVA; VILHENA, 1998,p.06)

O abuso sexual aparece como uma forma específica de violência contra criança e adolescentes, que diz respeito ao envolvimento desta em atividades sexuais que violam tabus sociais e de papéis familiares, e às quais não são capazes de dar um consentimento maduro.

No Brasil, segundo Williams (2009, p.22), uma definição para abuso sexual infanto-juvenil, frequentemente utilizada é a de Monteiro, Abreu e Phebo (1997,p.7):

situação em que uma criança ou adolescente é usada para gratificação sexual de um adulto, baseada em uma relação de poder que pode incluir desde carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus, ‘voyeurismo’, pornografia e exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem utilização de violência física.

Sobre esse aspecto, Kalichman (1993, apud AMAZARRAY; KOLLER, 1998), salienta que o abuso sexual pode receber diferentes definições, que se alteram de acordo com os comportamentos e contexto que possam ser considerados ou não abusivos, explicitando que é possível haver abuso sexual sem ou com contato físico.

O Abuso sexual infantil sem contato físico pode ser feito através de propostas de relações sexuais, ou comportamentos erotizados. Poderá ser verbal, com conversas sobre atividades sexuais e por apresentação de imagens pornográficas. Já o abuso sexual com contato físico envolve carícias, manipulação da genitália, mama, ânus, o exibicionismo, até o ato sexual, com ou sem penetração, com ou sem agressividade.

Em relação ao contexto no qual se manifesta essa forma de violação dos direitos básicos de integridade física e/ou psicológica da criança e do adolescente, o abuso sexual infantil pode acontecer em duas situações distintas: no ambiente intra-familiar e extra-familiar.

3.2 ABUSO INTRA-FAMILIAR E EXTRA-FAMILIAR

A violência sexual também pode ser definida de acordo com o contexto de ocorrência, podendo ser praticada no âmbito extra-familiar ou intra-familiar. Entretanto, o abuso intra-familiar, é o abuso sexual mais frequente e que apresenta consequências mais danosas. É entendido como aquele que ocorre no espaço doméstico, dentro do ambiente familiar, entre os membros da família, nos diferentes subsistemas (conjugal, parental, fraternal), por um processo de domínio e poder estabelecido por agressores com laços consanguíneos ou de parentesco.

Narvaz e Koller (2006,p.8) salientam que a violência intra-familiar:

refere-se a toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra.

No que se refere à violência extra-familiar, segundo Cordeiro (2006, p.4), esta se caracteriza pela violência que “ocorre fora do meio familiar, sendo praticada por alguém que a criança conhece pouco - vizinhos, médicos, religiosos ou por uma pessoa totalmente desconhecida. Normalmente envolve exploração sexual e pornografia”.

Logo, crianças e adolescentes vitimizados sexualmente ficam aterrorizados, confusos e muito temerosos de contar sobre o incidente. Com isso, são inúmeras as causas que levam as vítimas dessa experiência a se calarem diante da violência por elas sofridas, tais como: humilhação, medo de vingança, desinformação sobre seus direitos legais, descrédito no sistema jurídico criminal e sentimento de culpa, sendo este um dos mais graves efeitos emocionais resultantes da interação abusiva (HAMPTON, 1995; REIS; COLS, 2001, apud CAMPOS et al, 2005). Deve-se ainda, considerar e entender que a vítima, em muitos casos, nutre forte apego pelo abusador, com quem mantém vínculos parentais significativos e únicos.

Outra questão que deve ser considerada é quando agressor é o provedor do sustento da família. Nesse contexto, a criança e/ou adolescente pode sentir-se culpada pela ruptura da família, o que acaba dificultando ainda mais a denúncia da violência sofrida. Já as crianças maiores podem sentir-se envergonhadas com o incidente, principalmente se o abusador é alguém da família, evidenciando com isso um desconhecimento da prevalência real dos casos.

Portanto, todas as formas de violência, sejam elas extra ou intra-familiar direcionadas a alguém, evidenciam em algum grau situações de desconforto, constrangimentos, sofrimento, tensão ou estresse desencadeando sentimentos de dor e de culpa prejudicando a integridade física e psíquica de suas vítimas.

3.3 DANOS PSICOLÓGICOS E PSÍQUICOS: CONSEQUÊNCIAS VIVIDAS PELAS VÍTIMAS

O abuso sexual infanto-juvenil, enquanto uma violação dos direitos ao desenvolvimento físico e sexual saudável implica em consequências que influenciam diretamente tanto à saúde das vítimas, quanto à saudável convivência familiar e social, resultando em danos físicos, emocionais e psicológicos, que podem surgir a estar correlacionados a perturbações psicológicas e comportamentais na vida adulta. Vítimas de abuso sexual vivenciam danos psicológicos que provocam alterações psicoafetivas de evidência, que tendem a persistir por um tempo, refletindo em diferentes áreas do funcionamento psicológico e do comportamento das mesmas. Entretanto, os efeitos produzidos por essa prática abusiva na vida pessoal e social da criança e do adolescente, podem variar de acordo com as características pessoais, inter-relacionais e sociais de cada vítima. Tais efeitos estão sempre presentes em maior ou menor intensidade, principalmente quando o abusador é quem deveria proteger e cuidar.

O vocábulo “dano” foi encontrado pela primeira vez em nossa língua no ano de 1.152 e tem sua origem na palavra latina *damnum* com significado de: detrimento, prejuízo e perda (HOUAISS, 2001, apud SILVA 2006).

Bastos (1928, apud SILVA 2006, p.39) “confere à palavra dano, significado de ofensa pessoal, prejuízo ou deterioração”. A respeito do mesmo tema, Nascentes considera que a palavra dano tem as acepções de perda, lesão ou alteração que se causa mal ou que se sofre, seja qual for sua origem (1949, apud SILVA, 2006).

Silva (2006,p.40) estabelece que:

o vocábulo dano, desde o início da sua utilização na língua portuguesa, apresenta acepções distintas, as quais podem ser classificadas em quatro grandes grupos, de acordo com a intenção gramatical, a saber: a) estrago em bem material, b) prejuízo financeiro e/ou patrimonial, c) mal pessoal e d) ofensa pessoal ou mal.

A história retrata que no início de nossa colonização não foi implantado nenhum código jurídico no Brasil, ficando o País por muitos anos sob proteção das leis portuguesas, sendo estas aplicadas até a edição do código penal do império em 1830 (SILVA, 2006). Essa edição reformulou o Direito Penal da época, com algumas inovações, passando a ser previstos crimes como estupro, rapto, injúria e calúnia. Todavia, existia até então, apenas uma preocupação com o dano envolvendo bens materiais, não havendo nenhuma menção explícita no que se refere a algum tipo de dano secundário à vítima (SILVA, 2006). Nesse sentido, as leis em vigor na época asseguravam o direito à indenização apenas para os prejuízos materiais, ou seja, para os danos materiais, não considerando a presença de dano moral ou prejuízos psíquicos. Porém, deve se considerar que o fato de uma pessoa que sofre um dano moral objetivo, não a deixa ileso da possibilidade de

também vir a ter um sofrimento subjetivo, de ordem psíquica (REALE 1992, apud SILVA, 2006).

Com a promulgação da nova Constituição Federal em 1988, o conceito de dano moral tornou-se explícito na legislação brasileira conforme pode ser observado em dois itens do artigo 5:

V- é assegurado o direito de resposta proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou a imagem.

X- são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de violação. (BRASIL, 1988, apud SILVA, 2006, p.31).

No processo de evolução da discussão sobre o tema, Magalhães (2002, apud SILVA, 2006,p.6) para elucidar a existência jurídica do dano moral faz a seguinte colocação:

a consciência coletiva de que os direitos subjetivos não são apenas os de ordem real ou obrigacional, senão também os da personalidade, assim entendidos os que correspondam as pessoas que nascem com vida, admitiu-se também pudesse ser reparado o mal causado ao interior das pessoas, vale dizer, a seus sentimentos morais íntimos.

No início da década de 90 surgem as primeiras definições jurídicas considerando o aspecto psíquico como parte da pessoa e passível de ser lesada. Mas foi apenas em 2002, no dia 10 de janeiro, que o conceito de Dano Moral foi introduzido no novo Código Civil Brasileiro com a lei 10.406.

Sobre o tema Santini (2002, apud SILVA, 2006) apresenta o conceito de que “dano moral é, pois, aquele que diz respeito às lesões sofridas pela pessoa, de natureza não econômica, ou seja, puramente ideal. Tem estreita ligação com a dor moral ou física, com privação moral de satisfação”.

Ainda em debate sobre o conceito de dano moral, Morais (2003, apud SILVA, 2006,p. 157), faz a seguinte colocação:

[...] O dano é ainda considerado moral quando os efeitos da ação, embora não repercutam na órbita de seu patrimônio material, originam angústia, dor, sofrimento, tristeza ou humilhação à vítima, trazendo-lhe sensações e emoções negativas.

A partir do conceito de dano moral, temos a origem do conceito de dano psíquico e psicológico, que se distingue do primeiro por ser constatado objetivamente por um profissional capacitado da área de saúde mental e experiência forense (SILVA, 2006).

Danos psicológicos, segundo Maciel e Cruz (2005,p.55) são

caracterizados por meio da manifestação de transtornos de personalidade ou de comportamento (deterioração das funções psicológicas), resultante de ação deliberada ou culposa, sob determinadas circunstâncias, e que traz para o vitimado tanto prejuízos morais, quanto materiais, face à limitação de suas atividades habituais ou de trabalho.

Ainda de acordo com Maciel e Cruz (2005,p.60),

dano psicológico é uma terminologia utilizada para caracterizar graus de comprometimento nos processos psicológicos, que podem estar relacionados ou não com rupturas na estrutura da personalidade....O dano psicológico, tal como o dano físico, deve ser caracterizado pela identificação de alguns aspectos físicos e psicológicos que fazem parte de uma cadeia de eventos (microtraumatismos, constrangimentos) que evoluem ao longo de um processo de adoecimento, mas que também podem resultar de imediato ao fato traumático ou acidente que por sua intensidade ou magnitude, impõe o dano.

Nesse sentido, Costa (2010) acrescenta que o dano psicológico pode ser caracterizado pela presença e identificação de alguns elementos e sintomas que são desencadeados através dos aspectos comportamentais, tais como: presença de alteração do comportamento, emitido anteriormente (alteração do sono, alimentação, concentração, irritabilidade, hipervigilância); alteração nas competências cognitivas ou relacionais; restrição nas relações afetivas; aumento do grau de constrangimento e desconforto; que implica numa limitação do grau de autonomia do sujeito; perda ou diminuição da autoestima; grau de insegurança.

Desta forma, o dano psicológico, está relacionado com alterações de comportamento que interferem na qualidade de vida do sujeito que sofreu fato particular traumatizante, ou seja, esse indivíduo tem comprometimento no agir, pensar, no emocionar-se, na forma como refere a si mesmo e aos outros, na forma como se relaciona com as pessoas, com a cultura e com o trabalho.

No que se refere ao dano psíquico, Maciel e Cruz (2005) ressaltam que o uso da terminologia dano psíquico está lastreado às concepções psicopatológicas clássicas, de natureza estruturalista, diretamente relacionada à construção do saber psiquiátrico dos transtornos mentais, geralmente caracterizados como lesões ou sequelas graves, ou irreversíveis (rupturas na estrutura da personalidade), que ocorrem de maneira súbita e inesperada, e que conforme descritos no Código de Direito Penal, causam comprometimento emocional ou incapacitação duradoura ou permanente.

O dano psíquico é definido por Evangelista e Menezes (2000, apud SILVA, 2006), como uma seqüela na área emocional ou psicológica de um fato particular que gerou efeitos traumatizantes na organização psíquica ou no repertório de comportamento da vítima.

Desse modo, para se avaliar a ocorrência de um dano psíquico, Castex (1997, apud MACIEL; CRUZ, 2005, p.59) afirma que:

é possível avaliar a existência do dano psíquico quando uma pessoa apresenta deterioração, disfunção, distúrbio ou transtorno psicogênico, que afetam esferas afetivas, intelectuais ou volitivas e limita a capacidade para satisfazer-se, conviver em família, no meio social e desenvolver atividades recreativas.

Por conseguinte, o uso das terminologias psíquico e psicológico, apresentam características próprias, porém, referem-se ao mesmo fenômeno de comprometimento de processos psicológicos resultantes do evento traumático (MACIEL; CRUZ, 2005).

Entretanto, dado o exposto, a constatação do dano psicológico e o dano psíquico enquanto consequências de uma violência sexual praticada contra crianças e

adolescentes, nem sempre é possível a priori, por não deixar rastros físicos como já dito anteriormente, dificultando a identificação de achados que sustentem juridicamente a materialidade do ocorrido. Uma criança ou adolescente que sofre abuso sexual pode manifestar diversas reações, que alteram o repertório comportamental de alguma forma. Pesquisas revelam que podemos encontrar essas alterações a curto, médio e longo prazo – infância, adolescência e vida adulta (SILVA, 2006).

Sobre essa ótica, deve-se ficar atento a sinais e sintomas que podem aparecer a curto e a longo prazo, que dificulta o desenvolvimento sexual saudável, sendo responsável pela ocorrência de transtornos sexuais ou desenvolvimento de ações de violência sexual contra crianças e adolescentes na vida adulta (SCANAVINO, 2009).

Em curto prazo, o abuso sexual infanto-juvenil é visto como risco para o possível surgimento dos seguintes problemas: comportamento sexualizado inapropriado, baixa autoestima, dificuldade na aprendizagem, dificuldade de atenção, tristeza, isolamento, ansiedade; transtorno de estresse pós-traumático e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) (KENDALL-TACKETT; et al, 1993, apud WILLIAMS, 2009). Ainda sobre esse assunto, pesquisando sobre as consequências do abuso sexual a curto e médio prazo para crianças e adolescentes, Roger (1997, apud SILVA, 2006) ressalta as principais alterações comportamentais encontradas em algumas pesquisas sobre o tema: a) tentativa de suicídio; b) estados depressivos; c) dificuldade acentuada no desenvolvimento escolar; d) fugas; e) anorexia; f) enurese ou encoprese; g) distúrbios físicos sem substrato orgânico; h) recusa em ir deitar-se agarrando ao adulto não implicado; i) comportamentos rituais que servem para averiguação e prevenção (colocação de objetos que fazem barulho em torno da cama caso alguém se aproxime); j) dormir completamente vestida; l) pesadelos e despertar angustiado; m) desinteresse pelo brincar.

As consequências a longo prazo podem envolver problemas como: sexualidade alterada, isolamento depressão, suicídio, autodesvalorização, doenças somáticas, problemas psiquiátricos e transtorno de alimentação (KAPLOW et al, 2008, apud WILLIAMS, 2009).

Com isso, a experiência de vitimização pode resultar em sérias consequências para a vítima, implicando em perturbação da noção de identidade e outros distúrbios de personalidade e de adaptação social (TARDIVO; PINTO, 2010).

Desse modo ressalta-se a importância do conhecimento das diferentes fases do desenvolvimento infantil a fim de distinguir um sinal de maus-tratos de um comportamento que seja próprio da sexualidade infantil.

4 CONCLUSÃO

Este estudo de revisão bibliográfica buscou apontar para as dificuldades de reconhecimento do dano psíquico e psicológico, enquanto consequências de uma experiência de abuso sexual que impacta negativamente o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Crianças e adolescentes são despertados para o sexo precocemente, de maneira deturpada. São desrespeitados como pessoa humana, têm seus direitos violados, sendo estas vítimas de sérios danos físicos, emocionais e psicológicos, podendo estes, estarem relacionados a perturbações psicológicas e comportamentais na vida adulta, resultando em um grande impacto físico e emocional em virtude da experiência vivenciada. Assim, crianças e adolescentes vivenciam prejuízos emocionais, interpessoais, comportamentais, cognitivos, físicos e sexuais, evidenciados em longo ou em curto prazo, sendo esta a modalidade mais frequente, o que pode ocasionar em um agravamento das consequências quando não há uma intervenção adequada (HABIAZANG, 2006). Entretanto, devemos considerar que crianças e adolescentes são impactados de forma singular por experiência sexualmente abusiva, não existindo uma única sintomatologia.

Desse modo, as consequências de abuso sexual não são restritas à manifestação de sintomas externos e físicos comprovados por exames clínicos, tão ressaltados nesse contexto, mas também se deve considerar a existência de sintomas de ordem psicológica, uma vez que o fato de uma criança ou de um adolescente apresentar sintomas com pouca relevância, ou até mesmo, não apresentar nenhum sintoma, não significa que ele não esteja sofrendo ou que venha a sofrer a longo prazo com os efeitos dessa experiência.

Nos dias atuais, em alguns casos, as autoridades requisitantes atuantes no atendimento a esses sujeitos já estabelecem que crianças e adolescentes vitimizados sexualmente sejam submetidos tanto a exames físicos quanto psicológicos, embora esta conduta ainda não seja um procedimento constantemente usado (SILVA, 2006). Entretanto, ainda há uma grande necessidade de que crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, apresentando ou não problemas emocionais, sociais e/ou psiquiátricos sejam considerados sujeitos em risco, e por isso carecerem de atenção e cuidados necessários que visem o estabelecendo uma rede de apoio junto vítima e a família no intuito de minimizar os prejuízos que esta forma de violência pode acarretar.

Evidencia-se que as consequências da violência sexual, sejam elas físicas, psíquicas ou psicológicas, manifestadas externamente ou internamente, são sempre sérias e devem ser avaliadas com a devida importância. Entende-se que o reconhecimento do dano psíquico e psicológico enquanto consequências de uma experiência sexualmente abusiva, permite avaliar a vítima integralmente, possibilitando um atendimento completo, uma vez que oferece ao profissional especializado condições de identificar corretamente os casos de abuso através do reconhecimento das alterações comportamentais e sintomas psicopatológicos frequentemente encontrados em crianças e adolescentes sexualmente abusados. Esse reconhecimento facilitará a realização de encaminhamentos necessários para que as vítimas recebam atendimento legal, médico e psicológico adequado (HABIGZANG 2006).

No mais, espero que este trabalho e o seu pequeno contributo científico possam colaborar no entendimento deste fenômeno, bem como possa chamar a atenção para o tema do abuso sexual contra crianças e adolescentes enquanto a forma de maus tratos, que pode comprometer seriamente a saúde física e psicológica de suas vítimas.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZARRAY, M. R.; KOLLER, S. H. **Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. Psicologia: Reflexão e Crítica**, 11, 559-578, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000300014>. Acesso em: 20 de agosto de 2010.

CAMPOS, M.A.M.R et al. **Violência Sexual: integração saúde e segurança pública no atendimento imediato à vítima**. Saúde soc. Vol 14 no. 1, 2005, jan./Apr. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902005000100011&script=sci_arttext>. Acesso em: 24 de maio de 2010.

CORDEIRO, F.A. **Aprendendo a prevenir: orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes**. Brasília: Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, 2006. Disponível em: http://www.bahia.com.br/motix/pt_br/files/files/0_a91168b7-df9a-4aff-964a-9db13a13bdc3.pdf>. Acesso em 30 de maio de 2010.

COSTA, G.P.D.(2009). **Caracterização de dano psicológico e diagnóstico decorrente da mutilação**,2009. Disponível em: http://buenoecostanze.adv.br/index.php?option=com_content&task=view&id=10589&Itemid=112> Acesso em: 23 de agosto de 2010.

HABIGZANG, L.F. **Avaliação e intervenção psicológica para meninas vítimas de abuso sexual intrafamiliar**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://www.msmdia.com/ceprua/Espanhol/lfh.pdf> >. Acesso em: 25 de setembro de 2010.

LIBORIO,C.R.M. ; CAMARGO,S.L. **A violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de profissionais da educação das escolas públicas municipais de presidente prudente**. GT 23: Gênero, Sexualidade e Educação/ n. 23. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT23-1810--Int.pdf> >. Acesso em: 29 de maio de 2010.

MACIEL, S.K.; CRUZ, R.M. **Dano psicológico e diagnóstico**. In: CRUZ,R. M.; MACIEL,S.K.; RAMIREZ,D. C. (Orgs), O trabalho do psicólogo no campo jurídico. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2005,p.55-70

MARTINS, C.B.G.; JORGE, M.H.P.M. **Desfecho dos casos de violência contra crianças e adolescentes no poder judiciário**. Acta paul. enferm. vol.22 no. 6 São Paulo, 2009/Nov./Dec. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-1002009000600012&script=sci_arttext>. Acesso em: 31 de maio de 2010.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – Secretaria de Estado dos Direitos Humanos: Departamento da Criança e do Adolescente-Brasilia.(2002). **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infante-Juvenil**, 3 ed. : SEDH/DCA,59 p. (Série Subsídios, 5). Disponível em:

http://www.pr5.ufjf.br/pedh/documentos/plano_nacional%20Violencia.pdf >. Acesso em: 24 de maio de 2010.

NARVAZ, M.; KOLLER, S. H. **Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas** v. 37, n. 1, pp. 7-13, 2006, jan./ abr .

Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/1405/1105> >. Acesso em 11 de setembro de 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Violência- um problema mundial de saúde publica. In Organização Mundial de Saúde. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra: OMS, 2002, p. 1-22.

PAIXÃO, A.C.W.; DESLANDES, S.F. **Análise das políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil**. Saúde soc. vol.19 no. 1, 2010, Jan./mar. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902010000100009&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em 24 de maio de 2010.

RIBEIRO, M.O.; DIAS, A.F. **Prostituição infanto-juvenil: revisão sistemática da literatura**. Rev. esc. enferm. USP vol.43 no. 2 São Paulo, 2009. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342009000200029&lng=pt&nrm=isso >. Acesso em: 24 de maio de 2010.

SCANAVINO, M.T. **Violência sexual na infância/adolescência e risco para o HIV/AIDS na vida adulta**. Programa de estudos em sexualidade (PROSEX) do

instituto de psiquiatria do hospital das clinicas da faculdade de medicina da Universidade de São Paulo, 2009. (IPQ-HC-FMUSP). Disponível em:

<http://files.bvs.br/upload/S/1413-9979/2009/v14n4/a165-167.pdf> >. Acesso em : 24 de agosto de 2010.

SILVA, A.P.J. **Dano psíquico em crianças vítima de abuso sexual sem comprovação de ato libidinoso ou conjunção carnal**. Dissertação de Mestrado,

Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2006. Disponível em:

http://bdt.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_arquivos/27/TDE-2006-09-20T152648Z-273/Publico/alvaro_junior.pdf >. Acesso em: 23 de agosto de 2010.

SILVA, A.N.N.; VILHENA, J. **Abuso sexual de crianças**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1998: Departamento de Psicologia. Disponível em:

http://www.adriananunan.com/pdf/adriananunancom_abuso_sexual.pdf >. Acesso em 29 de maio de 2010.

TARDICO, L.S.I.P.C.; PINTO, A.A.J. **Inventário de frases no diagnostico de violência**

doméstica contra crianças e adolescentes. São Paulo, SP: Vetor, 2010.

WILLIAMS, L.C.A. **Introdução ao estudo do abuso sexual infantil e analise do fenômeno no município de São Carlos**. In L. Williams, L.C.A., & Araújo, E.A.C.

(Org), **Prevenção do abuso sexual infantil: um enfoque interdisciplinar** (pp.21-40). Curitiba: Juruá, 2009.

O ESPELHO FORMADOR DO EU

Dalton Demoner Figueiredo⁹

RESUMO

O artigo apresenta uma discussão acerca da formação do eu a partir de reflexões psicanalíticas. Utiliza-se a referência inicial Sigmund Freud e Jacques Lacan, seu sucessor, em seu retorno a Freud. Para tanto, percorre-se a primeira e segunda tópica da obra freudiana, além dos *Escritos* lacanianos. São apresentadas ilustrações gráficas das discussões teóricas, além do que se poderia chamar os dois tempos do *estádio do espelho*, uma nova proposta. Pontuamos a liberdade de se prosseguir com a discussão acerca da temática aqui apresentada, dada que a estruturação é subjetiva, o sujeito se reconhece a partir do Outro.

Palavras-chave: Psicanálise. Estádio do espelho. Narcisismo. Desejo.

ABSTRACT

The article presents a discussion of the formation of self acerca da from psychoanalytical reflections. It is used the initial reference Sigmund Freud and Jacques Lacan, his successor, on his return to Freud. Therefore, travels up the first and second topic of Freudian, Lacanian beyond the Writings. We present graphical illustrations of theoretical discussions, beyond what one might call the two days of the mirror stage, a new proposal. We pointed free to proceed with the discussion of the theme presented here, given that the structure is subjective, the subject recognizes from the Other.

Keywords: Psychoanalysis. Mirror Stage. Narcissism. Desire.

⁹ Graduado em Psicologia pela Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE), Pós-graduado em Psicologia Clínica: teorias psicanalíticas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Mestre em Psicanálise pela Universidade Veiga de Almeida (UVA-RJ). Professor do Curso de Psicologia da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – Multivix. Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus – UNISAM. Email: daltondemoner@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O breve artigo percorre as referências psicanalíticas, Sigmund Freud e Jacques Lacan em seu retorno à obra inicial da psicanálise, a fim de refletir acerca da formação do eu. O reconhecimento da imagem refletida no espelho é tido pela psicanálise como um momento mítico, ao qual se discute aqui.

Para a psicanálise, o ser humano é um animal de linguagem e social, uma construção que transforma o animal em sujeito falante e desejante. Tal estruturação implica um momento, e que Lacan em seu texto, *O estádio do espelho como formador do eu* - presente nos *Escritos* - propõe uma explicação para este momento mítico: a pergunta do oráculo que divide o sujeito, como no conto do “*O diabo enamorado*” (1992 [1772]) – “*Che Vuoi?*” – que é traduzido por: “Que queres?”.

Lacan retira a expressão “*Che Vuoi?*” do romance escrito por Jacques Cazotte, no qual Álvaro, protagonista da narrativa, é convidado por dois senhores a evocar o demônio do ritual da cabala. Este que jamais havia se manifestado, surge sob a forma de uma cabeça de camelo. Tão logo se dá sua aparição, lança, com sua voz tenebrosa, a enigmática pergunta para Álvaro: *Che vuoi?*

Ao responder a questão do desejo, *Che vuoi?*, o sujeito pelo simples fato de tomar a palavra faz surgir o Outro da fala, pois nunca há concordância total entre o que se intenciona dizer e o que se diz. E, parecem esquecer que na fala humana, entre muitas outras coisas, o emissor é sempre ao mesmo tempo um receptor, afinal, ouvimos o som de nossas próprias palavras. A fala faz surgir à alteridade e o descentramento do sujeito. Essa alteridade nos faria pensar, por exemplo, o travestismo, como sendo uma resposta do sujeito ao Outro, ao Outro especular. *O que quer de mim o Outro?*¹⁰

É a partir deste conto que Lacan captura a questão “Que queres? Para dar conta do desejo. É a pergunta que melhor conduz ao caminho de seu próprio desejo, diz Lacan no texto *Subversão do sujeito e dialética do desejo*¹¹, ao explicar o grafo do desejo. É, portanto, sustentado pelo não-saber, instaurando um mistério sobre o desejo do Outro. Lacan diz que o desejo seria diferente de demanda e da necessidade, sendo importante marcar tal diferença. *O desejo é o resto da operação de subtração da demanda à necessidade*, e podendo assim ser escrita da seguinte maneira: $(N - D = d)$.

O desejo se esboça na margem em que a demanda se rasga da necessidade: essa margem é a que a demanda, cujo apelo não pode ser incondicional senão em relação ao Outro, abre sob a forma da possível falha que a necessidade pode aí introduzir, por não haver satisfação universal (LACAN, 1998, p.828).

A necessidade tem sempre um objeto que a satisfaz, como o alimento para a fome. O animal encontra os seus objetos na própria natureza, o que não é o caso para os seres falantes. Não vemos pelas ruas das cidades, ‘motins’ ou aglomerados de gatos ou cachorros reivindicando mais latas de lixo ou árvores nos parques.

O desejo do homem é um desejo que incide sobre um desejo. O desejo animal incide sobre um objeto, o que não acontece com o desejo do homem, por ser cortado pela linguagem, não existe objeto de satisfação universal. Esta nuância é marcada já nas

¹⁰ LACAN, 1998, p.833.

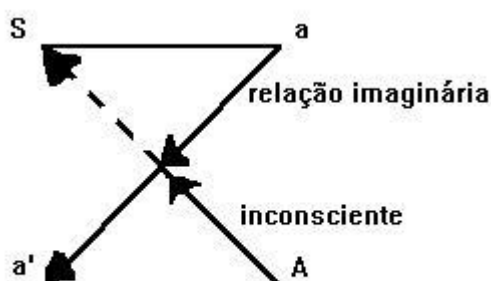
¹¹ Ibid, p.807.

discussões da filosofia a partir de Hegel, e que a psicanálise utiliza-se para instigar ainda mais a discussão acerca do desejo. Afinal, o objeto primordial da satisfação é entendido como sendo perdido, portanto, sempre acontece um reencontro – segundo Freud.

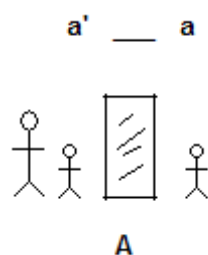
Diferentemente dos gatos que, ao se verem no reflexo, se voltam para trás do espelho a fim de encontrar o Outro. O cachorro diante da imagem refletida ‘late’, ao ver o reflexo – a imagem:

Que uma Gestalt seja capaz de efeitos formadores sobre o organismo é atestado por um experimento biológico, ele próprio tão alheio à ideia de causalidade psíquica que não consegue resolver-se a formulá-la como tal. Nem por isso ele deixa de reconhecer que a maturação da gônada na pomba tem como condição necessária a visão de um congênera, não importa de qual sexo – e uma condição tão suficiente que seu efeito é de reflexão de um espelho. Do mesmo modo, no gafanhoto migratório, a transição da forma solitária para a forma gregária, numa linhagem, é obtida ao se expor o indivíduo, numa certa etapa, à ação exclusivamente visual de uma imagem similar, desde que ela seja animada por movimentos de um estilo suficientemente próximo dos que são próprios à sua espécie. São fatos que se inscrevem numa ordem de identificação homeomórfica que seria abarcada pela questão do sentido da beleza como formadora e como erógena (LACAN, 1998, p.99).

Por sua vez, a criança vive, diz Lacan, um júbilo frente à imagem: “*Eu sou aquilo lá!*”. O sujeito, portanto, sendo determinado desde fora dele, e o Outro deve ser pensado como uma referência. O eu sendo aquele Outro do reflexo no espelho. A frase, por si só, aponta a divisão do sujeito. Assim, o produto da identificação com a *imagem especular* é um corpo, como ilustrado por Lacan no *esquema L* de sua teoria:



O que poderia ser representado da seguinte maneira a partir das referências, o esquema L:



O esquema L de Lacan é a forma mais simplificada do *estádio do espelho* – é a partir do Outro que o eu do sujeito se constitui, como acima ilustrado graficamente.

Em álgebra é exatamente assim que se escreve: primeiro o x e depois o x' . Logo a vem antes de a' . E, é isto, exatamente, que Lacan discute no *Estádio do espelho*: o eu se forma através da imagem semelhante, do Outro, e esta relação é sustentada por A (Outro simbólico).

É importante salientar que o *Eu* descrito como o a' , nos aponta uma anterioridade, melhor dizendo, uma alteridade. Ou seja, antes de ser um *Eu* é preciso reconhecer o Outro, o a do matema $a'-a$. O chamado *par* do *estádio do espelho*.

O *Eu*, portanto, definido como aquilo que se reflete da forma do sujeito em seus objetos, nos leva a pensar em um espelho entre o a e a' , como se a' fosse a reflexão de a , pois o eu é sempre segundo em relação ao objeto imaginário: que funciona como *eu-ideal*. Basta compreender o *estádio do espelho* como uma *identificação*, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem – uma *imago*, em termos freudianos.

Assumir uma imagem, isto mesmo, como faz o travesti. O júbilo vivido na imagem do espelho que representa o Outro. A criança que ao se vê no espelho, descobre que aquele outro ali é ele. A imagem daquele corpo que é cortado pelo *significante* existe, (\$). É uma prova da existência de uma imagem, além de um corpo. O *estádio do espelho* é a formação do ego, uma identificação global da imagem, a *Gestalt*. Diferente da identificação simbólica que é um traço, o corpo é imaginário e esquartejado pela pulsão, sendo todo tecido pela linguagem. A psicanálise desnaturaliza o corpo natural da biologia, afinal, a assunção do sexo está para além da anatomia.

O sujeito respondendo ao Outro, sendo uma mulher. A filha que a mãe sempre sonhou em ter e ainda continua a dizer, mas por nascer um menino anatomicamente falando, o desejo permanece, mas se realiza na fantasia do travesti. O homem que se veste de mulher em resposta ao desejo do Outro. Como muito se vê no cotidiano, principalmente, em festas carnavalescas, o travestismo sendo uma fantasia do homem em ser mulher. O que mostraria a via edipiana na *histeria masculina* com suas questões. A partir de Lacan, o corpo seria de maneira resumida um imaginário caracterizado por ser uma imagem; O real sendo a pulsionalidade, o gozo diz Lacan; Já o simbólico, por sua vez, são os significantes. E, é claro, a partir do postulado fundamental da psicanálise, o da falta, como parte integrante na formação do eu estruturado a partir de um furo. A castração não ficaria de fora, sendo esta representada por K, e que aponta para o furo, pois só há desenvolvimento a partir do Outro, sem o Outro não-barrado, no matema lacaniano (A), para dar o seio ou falar sobre as fraldas, não há as fases – as chamadas fases de desenvolvimento.

A criança que se torna adulta não vem com o corpo pronto numa *gestalt* do todo. O pequeno animal a se transformar em ser, passando de um corpo em pedaços - mão, pé, cabeça e tronco – para um corpo amarrado, e não mais despedaçado. Acontece uma amarração dos significantes que nomeiam cada parte formando um Todo, o corpo. Em algum momento da vida, a criança vai descobrir a sua imagem reflexa, a *imagem do espelho*.

O eu/ego é corporal diz Lacan, de uma imagem que se vai totalizando e deixando de ser despedaçado. É uma estrutura – *estádio* – um modelo de vínculo que operará durante

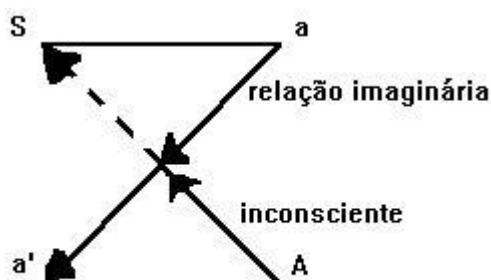
toda a vida. O vínculo com sua própria imagem e que será medido a vida toda, é o vínculo com o *eu-ideal*. Portanto, é a imagem do *corpo-ideal* construída através do pai e da mãe, uma estrutura significante – simbólica.

O *estádio do espelho* espelha a imagem, o espelho não espelha o furo. Como diz Lacan no texto, “*Subversão do sujeito e dialética do desejo*”, *não há o Outro do Outro*¹², será mesmo ele a última palavra que presta para dar sua resposta à pergunta: *que quer de mim o Outro?*¹³ Para Lacan, o imaginário é inteiro, sem furo, que congela e é totalizador. Já o simbólico tem furo, tempo. O que mostraria, por exemplo, o chamado de: *os dois tempos do estádio do espelho*.

Freud no texto “*Uma introdução ao Narcisismo*” apresenta a *ação psíquica* formadora do ego, uma *identificação narcísica*. Diz respeito ao sujeito assumir uma imagem, diz Freud. O eu faz com que se julgue um eu. Portanto, o eu que surge nada mais é, que o registro da consciência - *o imaginário* - na qual faz com que o homem se julgue um eu. Assim, Um indivíduo, lacanianamente dizendo *in-divido*, um *não-dividido* é dividido. Pois, é a partir do movimento que se produz entre a criança e sua imagem refletida no espelho que se logrará a constituição de um eu unificado ortopedicamente.

O *primeiro tempo* do estádio do espelho apresentaria as imagens do corpo despedaçado, por sua vez, o *segundo tempo* a *gestalt* da imagem – Um. É o momento que a criança se vê como um ego, o júbilo da imagem, diferente do múltiplo - em pedaços no *primeiro tempo*. Sempre tem um ‘fantasminha’ e que é o *eu-ideal*. A busca por este *eu-ideal* é a tentativa de voltar ao lugar: *The majestic baby!* – diz Freud. E que, por um lado, é bom porque não nos coloca no lugar do corpo despedaçado, não unificado, ilustrado na psicose.

Aqui, para Lacan a partir da leitura do *Estádio do espelho*, a frase anterior representada em matemas lacanianos seria: 1+1 não sendo igual a 2, e sim, a Um. O eu nunca está sozinho, sempre vem acompanhado de um eu. Para formar um Um é preciso de dois, que são frações de 1, o *eu-ideal* é uma *imago* antecipatória prévia, o que o sujeito não é, mas deseja ser. É uma imagem fictícia, narcisista, incessantemente persegue e é perseguida pelo homem - O ‘fantasminha’ é uma instância paranóica. O espelho situa a instância de um eu, ainda antes de sua determinação social, em uma linha de ficção:

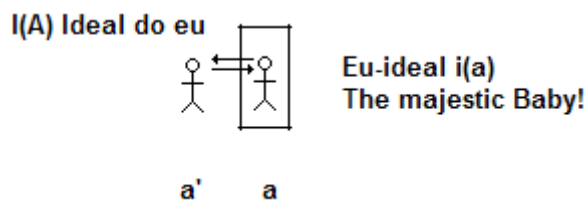


O sujeito, na corporeidade e na multiplicidade de seu organismo, em seu espedaçamento natural, que esta em *a'*, se refere a essa unidade imaginária que é o eu, *a*, onde ele se conhece e se desconhece, e que é aquilo de que ele fala – ele não sabe a quem, já que

¹² LACAN, 1998, p.827.

¹³ Ibid, p. 833.

não sabe tampouco quem nele fala. Assim, o chamado *ideal do eu* está no lugar do Outro, o sujeito responde deste lugar a pergunta: *que quer o Outro de mim?* E que poderia ser representado num esquema gráfico como:



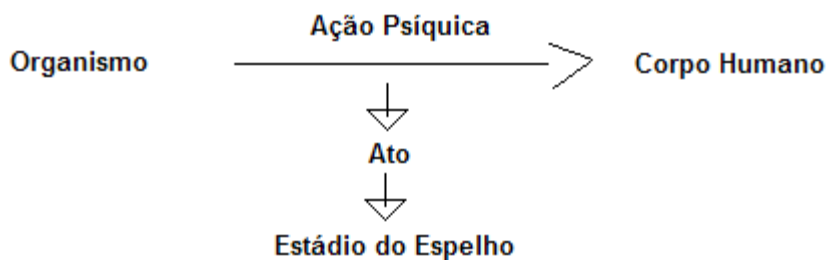
O Outro, portanto, vai esculpir o sujeito: O *Che vuoi?* Respondido pelo *ideal-do-eu*, o desejo do desejo do Outro. Este *ideal do eu* são significantes imperativos que formam o *eu-ideal* que constitui o sujeito, o *Ideal Ich* chamado por Freud, no original em alemão. Os significantes da fala da mãe que atazanam o sujeito, agora na forma do *ideal do eu*. O eu, portanto, é constituído pelo *eu-ideal* que, por sua vez, é determinado pelo *ideal do eu*. O *eu ideal* é sempre um *ideal de eu* de alguém, dos pais – por exemplo.

O bebê começa a se amar pelo *narcisismo*, o amor pelo Outro, o amor do Outro. Assim, o olhar do Outro – *Autre*, diz Lacan, no original em francês - constitui o eu que faz com que o sujeito se desconheça, o desconhecido eu.

O eu não é uma instância desde sempre, o sujeito a desenvolve. Um desenvolvimento não em estágios, e sim, um *estádio*. O momento que o sujeito constrói uma *estrutura* do eu que levará para o resto da vida, portanto, o *estádio do espelho* é o formador do eu.

Assim, essa Gestalt, cuja pregnância deve ser considerada como ligada à espécie, embora seu estilo motor seja ainda irreconhecível, simboliza, por esses dois aspectos de seu surgimento, a permanência mental do eu, ao mesmo tempo que prefigura sua destinação alienante; é também prenhe das correspondências que unem o eu à estátua em que o homem se projeta e aos fantasmas que o dominam, ao autômato, enfim, no qual tende a se consumir, numa relação ambígua, o mundo de sua fabricação (LACAN, 1985, p.98).

Na formação do eu, a estrutura é a transformação daquilo que era um organismo num corpo:



Esta transformação, no texto “*Uma introdução sobre o narcisismo*”, Freud a chama de *ação psíquica* que transforma o organismo em ser. Lacan, por sua vez, em seu ensino a

chama de *ato*¹⁴ - ato formador do eu - o *estádio do espelho*. A imagem refletida no espelho é onde se encontra o *eu-ideal*. O *eu-ideal* é a imagem do espelho no mito de Narciso. É o corpo ideal – *The majestic baby!*

Tudo começa de *auto-erotismo* para o *narcisismo*, diz Freud. Do primeiro para o segundo tempo, de um organismo em pedaços - as chamadas *pulsões parciais* – para um corpo. Agora é uma imagem investida. O ‘ele mesmo’ do *auto-erotismo* não é o mesmo, ‘ele mesmo’ do *narcisismo*. O chamado *narcisismo* é o Outro para si mesmo, o sujeito se apropria do próprio corpo como objeto sexual.

O eu do *narcisismo* é um objeto porque ele não se reconhece, é ele mesmo como objeto de desejo, a imagem do lago no mito de *Narciso*¹⁵. Narciso não reconhece *Eco* – o *Outro* - apenas investe seu olhar para a imagem refletida do lago, a própria imagem refletida e tida como objeto de seu desejo, que quando *Narciso* vai de encontro morre afogado.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cientes de que a discussão e reflexão acerca da *formação do eu* não está esgotada, lança-se a questão para o sujeito: deseja o seu desejo? Aqui a formação do eu é colocar em xeque para o sujeito, e que a psicanálise propõe uma estruturação para todos - o estágio do espelho. Uma estruturação subjetiva, na qual a universalidade do estágio do espelho implica uma assunção de um reconhecimento. O sujeito irá se posicionar frente às coisas experienciadas e ditas por ele. Isto o coloca habitado por uma linguagem, o que o faz ter um corpo falante e desejante. Aqui discutido e pensado, como é encontrado na clínica. Esta, que propõe a escutá-lo, a clínica psicanalítica.

3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREUD, Sigmund. (1950[1895]). **Projeto para uma psicologia científica**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. ESB. Rio de Janeiro: Imago, vol.I, 1996, p.333-449.

_____. (1907). **Esclarecimento sexual das crianças**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. ESB. Rio de Janeiro: Imago, vol.IX, 1996, p.123-134.

_____. (1908). **Fantasia histérica e sua relação com a bissexualidade**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. ESB. Rio de Janeiro: Imago, vol.IX, 1996, p.149-158.

_____. (1908). **Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. ESB. Rio de Janeiro: Imago, vol.IX, 1996, p.169-190.

¹⁴ LACAN, J. 1985, p.96.

¹⁵ BRANDÃO, J.S. *O mito de Narciso e Eco*. In: **Mitologia Grega**. Rio de Janeiro: Vozes, Vol. 3, 1989.

_____. (1908). **Sobre as teorias sexuais das crianças**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. ESB. Rio de Janeiro: Imago, vol.IX, 1996, p.191-208.

_____. (1910[1909]). **Cinco lições de psicanálise**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. ESB. Rio de Janeiro: Imago, vol.XI, 1996, p.15-70.

_____. (1914). **Sobre o narcisismo**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. ESB. Rio de Janeiro: Imago, vol.XIV, 1996, p.75-110.

_____. (1915). **Os instintos e suas vicissitudes**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. ESB. Rio de Janeiro: Imago, vol.XIV, 1996, p.115-145.

_____. (1918[1914]). **História de uma neurose infantil**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. ESB. Rio de Janeiro: Imago, vol.XVII, 1996, p.13-127.

_____. (1920). **Além do princípio de prazer**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. ESB. Rio de Janeiro: Imago, vol.XVIII, 1996, p.11-76.

_____. (1923). **A organização sexual infantil**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. ESB. Rio de Janeiro: Imago, vol.XIX, 1996, p.153-162.

_____. (1924[1923]). **Neurose e psicose**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. ESB. Rio de Janeiro: Imago, vol.XIX, 1996, p.163-172.

_____. (1924). **A dissolução do complexo de Édipo**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. ESB. Rio de Janeiro: Imago, vol.XIX, 1996, p.189-200.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Freud e o inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002.

LACAN, Jacques. **As formações do inconsciente: seminário livro 5**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1999.

_____. **Mais, ainda: seminário livro 20**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1985.

_____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.1998.

QUINET, Antônio. **A Descoberta do Inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E VIOLAÇÃO DE DIREITOS: OS (DES)CAMINHOS DA GESTÃO E SUA INFLUÊNCIA EM UM CREAS

Felipe Rafael Kosloski¹⁶
Marcelo Loureiro Ucelli¹⁷

RESUMO

O presente trabalho teve como propósito trazer a luz essa importante política pública, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e sua capacidade de emancipar os indivíduos com direitos violados. Tem como objetivo propor sugestões para o bom andamento do funcionamento do CREAS além de visibilizar o trabalho, apontando os desafios para a continuidade do mesmo. Referenciando a Psicologia como importante para o atendimento da população em situação de violência e para a Assistência Social.

Palavras-chave: Política de Assistência Social. Violação de Direitos. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The present work aimed to bring to light this important public policy, the Center for Specialized Social Assistance Reference - CREAS and its ability to empower individuals with rights violated. Aims to propose suggestions for the smooth running of the operation of CREAS addition to visualization work, pointing out the challenges to the continuation of the same. Endorsing psychology as important to the care of people in violent situations and Social Assistance.

Keywords: Social Assistance Policy. Rights Violations. Public Policy.

¹⁶ Pós-Graduando em Gestão Pública Municipal, Centro de Educação a Distância – CEAD, Instituto Federal do Espírito Santo – IFES. Psicólogo, Psicopedagogo. Atua em Projetos Sociais, CREAS, Serviço de Acolhimento Institucional e Conselhos de Controle Social. Membro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CRIAD. *Email:* psicologofelipe@gmail.com.

¹⁷ Prof. Orientador. Mestre em Educação, Administração e Comunicação. Doutorando em Educação. Centro de Educação à Distância - CEAD, Instituto Federal do Espírito Santo - IFES. *Email:* maceoeducador@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

No Brasil a história da Assistência Social começou baseada na caridade, filantropia, e caridade religiosa, muito distante de uma Política Pública.

Muita coisa ocorreu até acontecer essa mudança e passar a ser uma Política Pública, não uma política de governo e desvinculada do caráter filantrópico.

“Já no século XX, os sociais democratas brasileiros, e parte dos socialistas passaram a entender que, mesmo sob a economia capitalista, era necessário que o Estado se responsabilizasse em produzir serviços sociais de qualidade.” (SPOSATI, 2005, p.9).

Ainda na mesma linha de ação e com os mesmos fundamentos caritativos, foi criada em 1947 a Legião Brasileira de Assistência - FLBA com o intuito de atender as famílias dos pracinhas combatentes na 2ª Guerra Mundial. Inicialmente caracterizou-se por um atendimento materno-infantil. Posteriormente, esta instituição foi crescendo e sua linha programática foi acompanhando as demandas do desenvolvimento econômico e social do País, bem como da população em estado de vulnerabilidade social.

Nessa mesma perspectiva, apesar de ser um princípio de política pública, no Brasil, praticamente todas as políticas sociais têm o seu princípio através de iniciativas de igrejas e de parte da sociedade civil conforme nos afirma, (SPOSATI et al., 2008, p. 40):

A solidariedade social diante dos pobres, dos viajantes, dos doentes, dos incapazes, dos mais frágeis, se inscreve sob diversas formas nas normas morais de diferentes sociedades. Ao longo do tempo grupos filantrópicos e religiosos foram conformando práticas de ajuda e apoio. Esta ajuda se guiou pela compreensão de que na humanidade haverá sempre os mais frágeis, doentes, etc., que não conseguirão reverter sua condição, carecendo de ajuda.

A Constituição Federal de 1988 é o marco legal para a compreensão das transformações e redefinições do perfil histórico da assistência social no País, que a qualifica como política de seguridade social - art. 194 da Constituição Federal:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único - Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I - universalidade da cobertura e do atendimento;
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V - equidade na forma de participação no custeio;
- VI - diversidade da base de financiamento.

A Assistência Social ganha destaque na Constituição Federal de 1988 no capítulo da seguridade social, prescrevendo no artigo 203, quem são os destinatários da Assistência Social, e em seu artigo 204, as fontes de recursos e as diretrizes para serem adotadas na Política de Assistência Social, conforme a seguir:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

- I - descentralização político-administrativa, cabendo à coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;
- II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

- I - despesas com pessoal e encargos sociais;
- II - serviço da dívida;
- III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.

Dentre os pontos marcantes e referentes à Assistência Social e a Constituição Federal, cabe-nos ressaltar dois pontos fundamentais da Democracia Participativa, o que se refere à descentralização político administrativa, e o relativo à participação da sociedade brasileira na discussão dos avanços da Assistência Social.

José Paulo Neto (MPAS,1998) afirmou durante sua palestra na II Conferência Nacional de Assistência Social que:

Como componente da seguridade social, a assistência social é medida legal e legítima que visa oferecer segurança social aos cidadãos não cobertos (ou precariamente cobertos) pelo lado contributivo da seguridade social. A assistência social visa livrar esses cidadãos não só dos infortúnios do presente, mas também das incertezas do amanhã, protegendo-os das adversidades causadas por enfermidades, velhice, abandono, desemprego, desagregação familiar, exclusão social. (Anais da II Conferência Nacional de Assistência Social - 1997)

Esses são alguns marcos legais que visam legitimar a Assistência Social como um direito e um dever do Estado, lançando mão de sua origem caritativa e que muitos estudiosos do assunto chamam de assistencialista. Outros marcos legais foram instituídos para garantirem a amplitude da Assistência Social, temos entre eles e que servirá para o presente trabalho: a) Política Nacional de Assistência Social (PNAS – 2004); b) Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS-RH); c) Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais; d) Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social e outras legislações, que se fazem necessárias como Lei Maria da Penha, Estatuto do Idoso e Estatuto da Criança e do Adolescente.

2 METODOLOGIA

Para a pesquisa ser bastante fundamentada, buscou-se todo o referencial possível disponível do funcionamento e da gestão desta política pública que denominamos CREAS. Esse cuidado justifica-se conforme Cervo (1996, p.48): “a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos”.

Na pesquisa bibliográfica pesquisou-se os referenciais do ponto de vista da gestão, incluindo os históricos legais e marcos conceituais (Políticas, Planos e Leis e Resoluções). Essas mesmas referências nos dão diretrizes e apontam o que deve ser melhorado na realidade pesquisada.

Quanto ao CREAS, foi pesquisado o público atendido conforme gráfico demonstrativo da população em situação de vivência de violação de direitos, através de dados já tabulados mensalmente pelo próprio CREAS. Não foi preciso entrevistar a população atendida e os profissionais que trabalham no local, já que a simples informação dos profissionais que compõem a equipe e o serviço desenvolvido pode ser comparado com a bibliografia pesquisada, para possíveis apontamentos.

3 POLITICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A instituição da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, em 2004, veio trazer inúmeros avanços para a Assistência Social, entre eles a instituição do SUAS – Sistema Único de Assistência Social. Essa importante Política Pública de Proteção Social basicamente a configurou como primordial nesse aspecto.

O olhar da Política Nacional de Assistência Social sobre a população brasileira, seu público alvo, considerando a amplitude e a diversidade cultural e étnica do País, e ainda as desigualdades que existem em nosso País, compreende os seguintes aspectos:

- **Uma visão social inovadora**, dando continuidade ao inaugurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, pautada na dimensão ética de incluir “os invisíveis”, os transformados em casos individuais, enquanto de fato, são partes de uma situação social coletiva; as diferenças e os diferentes, as disparidades e as desigualdades.
- **Uma visão social de proteção**, o que supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos, bem como os recursos com que conta para enfrentar tais situações com menor dano pessoal e social possível. Isto supõe conhecer os riscos e as possibilidades de enfrentá-los.
- **Uma visão social capaz de captar as diferenças sociais**, entendendo que as circunstâncias e os requisitos sociais circundantes do indivíduo e dele em sua família são determinantes para sua proteção e autonomia. Isto exige confrontar a leitura macro social com a leitura micro social.
- **Uma visão social capaz de entender que a população tem necessidades**, mas também possibilidades ou capacidades que devem e podem ser desenvolvidas. Assim, uma análise de situação não pode ser só das ausências, mas também das presenças até mesmo como desejos em superar a situação atual.

- Uma **visão social capaz de identificar forças** e não fragilidades que as diversas situações de vida possuam. (grifo nosso) (BRASIL, PNAS, 2005, p.10)

Todas esses parâmetros se consubstanciam em afirmar que a construção da política pública de assistência social leva em consideração três eixos fundamentais: as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas o seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família. (PNAS, 2005, p. 10)

Ainda com essa visão inovadora, o conceito de família como “núcleo primeiro de apoio”, vem trazer novos olhares ao seu conceito não definindo o modelo de família nuclear como superior aos outros modelos:

A família, independentemente dos formatos ou modelos que assume é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social. (BRASIL, PNAS, 2005, p. 34-35)

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS define os programas e ações governamentais no âmbito da Assistência Social em todo o território Nacional.

3.1 PRINCIPIOS DA POLITICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Esses princípios estão dispostos na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Lei Federal 8.742/93 em seu Capítulo II, seção I, artigo 4º que define os princípios da Política Nacional de Assistência Social, afirmando que serão democráticos:

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (BRASIL, PNAS, 2005, p. 26)

Aqui, para o presente trabalho, cabe ressaltar o inciso IV, que fala da igualdade de acesso ao atendimento, sem discriminação e abrangendo as populações urbanas e rurais.

3.2 DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A organização da Assistência Social tem as seguintes diretrizes, baseadas na Constituição Federal de 1988 e na LOAS:

I - Descentralização político-administrativa, cabendo à coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;

II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;

IV - Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

(BRASIL, PNAS, 2005, p. 26-27)

Destacam-se os incisos III e IV, pois pensar em uma Política Pública é primordial pensar no papel do Estado, e como já dito da centralidade na família para a implementação da mesma.

3.3 OBJETIVOS DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Sob essa perspectiva, objetiva:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem;
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária; (BRASIL, PNAS, 2005, p. 27)

Com esses objetivos e a inserção da proteção social, tem-se a perspectiva de inúmeras ações governamentais para atendimento a demandas específicas, tais como o extinto Programa Sentinela, que integrava a iniciativa do Ministério de Previdência e Assistência Social em 2001. Após três anos de existência e uma efetividade de trazer a tona os casos de violência sexual a crianças e adolescentes, várias iniciativas mantiveram o Programa como uma ação contínua e não como um convênio com tempo determinado. A partir de 2006 esses programas passaram a atender outras populações, como adultos e idosos e outros quadros de violações de direitos além da violência sexual.

3.4 NÍVEIS DE PROTEÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social, a partir da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, passou a adotar níveis de Proteção que compreende a Proteção Básica e a Proteção Especial.

Sendo que em relação à Proteção Social Básica compreende-se, segundo a Política Nacional de Assistência Social – PNAS:

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Deverão incluir as pessoas com deficiência e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas. Os benefícios, tanto de prestação continuada como os eventuais, compõem a proteção social básica, dada à natureza de sua realização. (BRASIL, PNAS, 2005, p. 27-28)

De uma maneira bastante explicativa, a Proteção Social Básica é o meio fundamental que a Assistência Social dispõe para evitar e prevenir as situações de violações, incluindo-os aí a fragilização dos vínculos familiares. Esse serviço é ofertado primordialmente nos CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.

Quanto à Proteção Social Especial, temos:

A Proteção Social Especial tem por objetivos prover atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos que se encontrem em situações de risco pessoal e social, por ocorrência de situações de risco ou violação de direitos. Inclui a atenção a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, situação de rua, situação de trabalho infantil, cumprimento de medidas socioeducativas, contingências relacionadas à deficiência, entre outras. Os serviços devem funcionar em estreita articulação com o sistema de garantia de direitos humanos, no sentido de afiançar os direitos socioassistenciais nas situações de vitimizações, riscos e violações. (MDS, Revista CREAS, 2008, p. 17)

Por ser uma ação mais imediata e específica, com uma abrangência e risco maior, a Proteção Social Especial é ainda dividida em Níveis de Complexidade de Atendimento, sendo a Média Complexidade quando há violação de direitos, porém, ainda existe o vínculo familiar, e sendo a Alta Complexidade quando existe a violação de direito, e não há vínculo familiar e/ou comunitário conforme, MDS (2008).

4 GESTÃO DO TRABALHO NO SUAS

Com a instituição da Política Nacional de Assistência Social, configuraram-se dois novos atributos da Assistência Social, o SUAS – Sistema Único de Assistência Social, com todos os atributos já descritos e a Gestão do Trabalho, tendo como diretriz

principal a NOB – SUAS RH – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – Recursos Humanos.

A VIII Conferência Nacional de Assistência Social, ocorrida em 2011 teve com o Tema: “Consolidar o SUAS e valorizar seus trabalhadores”, levantou a importância de se dar uma atenção especial aos trabalhadores da Assistência Social, definindo-o como a sua tecnologia, MDS (2011).

O Plano Decenal da Assistência Social, define metas e estratégias para implementação do SUAS, bem como vários pontos para os trabalhadores, tais como: piso salarial, plano de capacitação, condições de trabalho, definição dos trabalhadores de nível médio e superior, entre outros.

Outras regulamentações surgiram tais como a Lei Federal 12.435 de 2011, que altera vários atributos da Lei Federal 8.742 de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social; esta lei regulamentou o SUAS – Sistema Único de Assistência Social. Para a Assistência Social é um fator importante, pois transformou uma política de governo em Política Pública, já que instituiu em lei os equipamentos estatais, como CRAS e CREAS, definiu as fontes de recursos e que se poderiam utilizar recursos federais para pagamento de determinados profissionais, como vemos a seguir, sendo isso muito útil para os Municípios de pequeno porte:

Art. 6º-E. Os recursos do cofinanciamento do SUAS, destinados à execução das ações continuadas de assistência social, poderão ser aplicados no pagamento dos profissionais que integrarem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e aprovado pelo CNAS (Lei Federal 12.435 de 06 de julho de 2011).

Após as alterações propostas pela lei 12.435 e a instituição efetiva do SUAS, o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS emitiu a resolução 17/2011 que define o que são as Equipes de Referência:

Art. 1º Ratificar a equipe de referência, no que tange As categorias profissionais de nível superior, definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS, aprovada por meio da Resolução nº269, de 13 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Parágrafo Único. Compõem obrigatoriamente as equipes de referência:

I - da Proteção Social Básica: Assistente Social; Psicólogo.

II - da Proteção Social Especial de Média Complexidade: Assistente Social; Psicólogo; Advogado.

III - da Proteção Social Especial de Alta Complexidade: Assistente Social; Psicólogo.

Essa definição pode parecer apenas didática em uma primeira análise, mas no contexto nacional faz uma grande diferença para a execução desta política Pública, principalmente em casos onde os vínculos trabalhistas são precários e constantemente há mudanças de equipes, dificultando o trabalho e o processo de vínculos com as famílias atendidas.

A NOB SUAS RH define os profissionais que compõem o CREAS como sendo:

Tabela 1 – Equipe Mínima do CREAS

CREAS
1 Coordenador
1 Assistente Social
1 Psicólogo
1 Advogado
2 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários)
1 auxiliar administrativo

Fonte: NOB RH SUAS, 2005.

Essas definições, tanto dos profissionais, como das equipes de referência, são importantíssimas para a continuidade dos serviços ofertados no CREAS, visto que se lida com situações de adversidade e violações, um vínculo efetivo com a população atendida é essencial. Entende-se nesse contexto que a rotatividade de profissionais é prejudicial para o bom andamento do serviço, dificultando e impedindo que se atenda de uma maneira eficaz, a população com o seu direito violado.

4.1 PSICOLOGIA E O AVANÇO DO SUAS

Historicamente, em nosso País, a profissão de psicólogo tem sido ligada ao consultório, porém, nas últimas décadas um movimento tem surgido dentro da Psicologia, a inserindo no campo das políticas públicas, como nos afirma o Conselho Federal de Psicologia (2011, p. 9):

“[...] nas últimas duas décadas, surge no Brasil uma nova proposta para a atuação dos psicólogos e psicólogas em questões sociais que traz um paradigma ao trabalho, “identificando claramente o papel do psicólogo na realidade brasileira”. Esse é um dos fatores que contribuíram para o surgimento do conceito de Compromisso Social da Psicologia, isto é, uma prática comprometida com a realidade social do País. Nasce aqui uma ponte que liga a Psicologia às políticas públicas.”

O olhar do psicólogo é capaz de “compreender aspectos subjetivos que são constituídos no processo social e, ao mesmo tempo, constituem fenômenos sociais” (CFP, 2011), possibilitando que tais políticas efetivamente garantam direitos humanos e que profissionais que anteriormente eram distantes da realidade social estejam próximos e atuantes.

O entendimento da inserção deste profissional não se dá apenas pelo viés de sua profissão, como vemos nessa declaração do conjunto (CFP/CEFESS, 2007, p. 32-33):

A partir desses compromissos éticos, entende-se que a atuação dos psicólogos e psicólogas no SUAS deve estar fundamentada à compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos, com o objetivo de problematizar e propor ações no âmbito social. O (a) psicólogo (a), nesse campo, pode desenvolver diferentes atividades em espaços institucionais e comunitários. Seu trabalho envolve proposições de políticas e ações relacionadas à comunidade em geral e aos movimentos sociais de grupos étnico-raciais,

religiosos, de gênero, geracionais, de orientação sexual, de classes sociais e de outros segmentos socioculturais, com vistas à realização de projetos da área social e/ou definição de políticas públicas. Deve realizar estudos, pesquisas e supervisão sobre temas pertinentes à relação do indivíduo com a sociedade, com o intuito de promover a problematização e a construção de proposições que qualifiquem o trabalho e a formação no campo da Psicologia.

Percebe-se então, a amplitude do olhar crítico da psicologia em relação às Políticas Públicas e a importância desse profissional atuando no conjunto dos trabalhadores do SUAS.

5 GESTÃO DO CREAS

Com o avanço do SUAS e da Política de Assistência Social, o CREAS passou a referenciar todos os serviços da Proteção Social de Média Complexidade, como vemos no artigo 1º, inciso II da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009, p. 2)

- II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:
- a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI;
 - b) Serviço Especializado em Abordagem Social;
 - c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC;
 - d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias;
 - e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

De todos estes serviços executados pelos CREAS, cabe-nos destacar o PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, que atende famílias e indivíduos que vivenciam situações de violação de direitos por ocorrência de:

- Violência física, psicológica e negligência;
- Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual;
- Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção;
- Tráfico de pessoas;
- Situação de rua e mendicância;
- Abandono;
- Vivência de trabalho infantil;
- Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia;
- Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar;
- Descumprimento de condicionalidades do PBF e do PETI em decorrência de violação de direitos. (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009, p.18)

Ainda temos três aspectos importantes que define como deve ser o CREAS que executa o PAEFI, quanto ao ambiente físico, recursos materiais e recursos humanos. O espaço deve ser adequado, garantindo a privacidade dos indivíduos, a equipe deve dispor de recursos materiais permanentes e de consumo, e que os recursos humanos deve estar em consonância com a NOB/RH-SUAS, MDS (2009, p. 19).

Quanto ao trabalho realizado no CREAS temos conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, (MDS, 2009, p.19):

Acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; monitoramento e avaliação do serviço; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; orientação sócio familiar; atendimento psicossocial; orientação jurídico-social; referência e contra-referência; informação, comunicação e defesa de direitos; apoio à família na sua função protetiva; acesso à documentação pessoal; mobilização, identificação da família extensa ou ampliada; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; mobilização para o exercício da cidadania; trabalho interdisciplinar; elaboração de relatórios e/ou prontuários; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio.

5.1 O CREAS DO MUNICÍPIO PESQUISADO

Iniciando as atividades em outubro de 2010, o CREAS do Município do norte do Espírito Santo passou a referenciar os serviços de proteção especial de média complexidade, funcionando inicialmente com o seguinte quadro de funcionários: 1 coordenador, 1 psicólogo, 1 assistente social e 1 auxiliar administrativo.

Em abril de 2011, mudou a coordenação e acrescentou o motorista, além do CREAS mudar de endereço, já que o lugar inicial era na área central da cidade, porém não oferecia acessibilidade. A coordenação juntamente com a equipe técnica optou por procurar um imóvel em um bairro mais afastado do centro e que também estivesse mais perto da população atendida, já que a maior parte da população em situação de violação de direitos encontrava-se nos bairros próximo a nova localização do CREAS, que permanece até hoje.

Em fevereiro de 2012, a equipe passou a ter a seguinte composição: 1 coordenador, 1 psicólogo, 1 assistente social, 1 pedagogo, 1 auxiliar administrativo, 1 secretária e 1 motorista. Atualmente a equipe está sem psicólogo.

Quanto à população atendida pelo CREAS do Município do norte do Espírito Santo, desde o início de sua atividade, teve 52 pessoas em situação de violação de direitos, distribuídas nas seguintes violações como descrita no gráfico abaixo:

Tabela 2 – Atendimentos realizados pelo CREAS pesquisado.

Tipo de Violência	MASCULINO						FEMININO					
	C	A	J	A _d	I	F	C	A	J	A _d	I	F
Violência Física								1				
Violência Psicológica		1										
Negligência					2						2	
Abuso Sexual	3	3					1 3	4				

Exploração Sexual								1				
Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas socioeducativa		4	4					1				
Tráfico de pessoas												
Situação de Rua e Mendicância												
Abandono				1							2	
Vivência de Trabalho Infantil												
Discriminação em decorrência de raça/etnia												
Discriminação em decorrência de orientação sexual			1									
Outras formas de violações de direitos decorrentes de discriminações/submissões					4						5	
Descumprimento de condicionalidades do PBF e do PETI em decorrência de violação de direitos												
TOTAL	3	8	5	1	6	0	1 3	7	0	0	9	0

Legenda: c – Criança; A – Adolescente; J – Jovem; Ad – Adulto; I – Idoso e F – Familiar. Fonte: CREAS do Município pesquisado, 2012.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se comparando às normativas vigentes e que norteiam a Política Nacional de Assistência Social, sobre o funcionamento do CREAS, os atendimentos realizados, o público alvo atendido, e os profissionais que compõem a equipe técnica.

Constatou-se um grande número de atendimentos feitos pela Equipe do CREAS do Município do norte do Espírito Santo, acima do recomendado pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS (2006, p. 14), e nos informa que em Municípios com o porte do Município em questão, o CREAS é para atendimento de 50 indivíduos.

Quanto à equipe técnica do CREAS, conforme nos mostra NOB-RH/SUAS (2006, p. 14), percebeu-se que desde o início de funcionamento, nunca existiu o advogado no quadro da Equipe Técnica. Apenas por um período houve um advogado que prestava orientações para os técnicos do CREAS. Na perspectiva Política Nacional de Assistência Social, da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e da NOB-RH/SUAS, a inserção e a composição de toda a equipe é fundamental para a realização de todos os serviços descritos na presente pesquisa.

O gestor deve lembrar que a importância do corpo de profissionais é essencial para o andamento da Política Pública, de que não adianta construção de Equipamentos Públicos se eles não têm as equipes para atendimento da população. Destaca-se ainda o comprometimento dos profissionais do CREAS em atenderem mais do que a capacidade pactuada com menos profissionais, conforme vimos.

Percebeu-se também que o percentual maior de atendimento é de crianças e adolescentes (59,61 %) e Idosos (32,69 %), sendo que é sabido que são populações extremamente vulneráveis e que historicamente carecem de políticas públicas, que somente a partir da constituição de 1988 as iniciativas estatais para reparar essa questão estão sendo implementadas. E esse público que totaliza 92,3 % de todo o percentual de atendimento necessita de intervenções rápidas e multiprofissionais conforme vimos na discriminação dos referenciais legais.

Outro ponto observado foi a precariedade dos vínculos trabalhistas, já que o Município consta só um concurso público realizado em 2002 para os profissionais de psicologia, do qual somente 1 profissional conta nessa categoria, porém, sua localização é na saúde. Outros três profissionais de psicologia realizaram processo seletivo de designação temporária para atuar na educação até o final de 2012. Para os serviços da Assistência Social, nunca houve processo seletivo ou concurso público para psicólogos e advogados.

Quanto aos profissionais de serviço social, somente três são concursados, sendo 2 da assistência social e 1 da saúde. Outros três profissionais de serviço social encontram-se contratados por processo seletivo de designação temporária.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÁPIA. **Abuso Sexual: Mitos e Realidade**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2003.

Azevedo, M.A.; Guerra, V.N.A. **Pele de Asno não é só história... Um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família**. São Paulo: Editora Roca, 1988.

_____, **Os Novos Pequenos Mártires: Infância e Violência Doméstica**. São Paulo: LACRI, 2004.

BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de nº 1, de 1992, a 32, de 2001, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de nº 1 a 6, de 1994, - 17. Ed. Brasília: 405 p. – (Série textos básicos; nº 25)

_____, **Lei Federal nº 8069**, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

_____, (1993). Presidência da República. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Lei nº 7.742, de 7 de dezembro de 1993.

_____, **Anais da II Conferência Nacional de Assistência Social** Brasília, 1997.

_____, (2004). Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)** - Brasília, Secretaria Nacional de Assistência Social.

_____, (2005). Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **NOB/SUAS** - Resolução do CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005, publicada no DOU. Brasília

_____, (2006). Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **NOB/SUAS-RH** - Brasília

CERVO, A. L; BERVIAN, P. A.. Metodologia científica. São Paulo: Makron Books, 1996.

CFP/CEFESS. **Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social** / Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília, 2007

CFP. **Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – Informações para Gestores e Gestoras.** Brasília, 2011.

RAMOS, Elisa Maria Rudge. *A Assistência Social no Brasil*. Disponível em < http://www.lfg.com.br/artigo/20090130165802896_direito-previdenciario_a-assistencia-social-no-brasil--elisa-maria-rudge-ramos.html > acesso em 31 de maio de 2012.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS, um processo de construção da Assistência Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira; BONETTI, Dilsea Adeodata; YAZBEK, Maria Carmelita; FALCÃO, Maria do Carmo B. Carvalho. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA UNIVERSO DA PSICOLOGIA

Apresentação

A revista “*UNIVERSO DA PSICOLOGIA*” publica trabalhos técnicos culturais, científicos e/ou acadêmicos, nas áreas ligadas ao curso de Psicologia, desde que atenda aos objetivos da Instituição. Admite-se, de preferência, autor pertencente à Faculdade, sem limitar, contudo, as contribuições e intercâmbios externos, julgados pelo Conselho Editorial, de valor para a Revista e, sobretudo, para a sociedade brasileira.

Normas de Publicação

Os originais entregues para publicação deverão ser assinados pelo autor e seguir as seguintes normas:

1 Texto

1.1 Os trabalhos devem ser inéditos e submetidos ao Conselho Editorial, para a avaliação e revista de pelo menos dois de seus membros, cabendo-lhe o direito de publicá-lo ou não;

1.2 O texto deve ser apresentado em formato A4 (210x297mm);

1.3 Os artigos não devem ultrapassar o total de vinte laudas, em espaçamento normal. Resumos de monografia, dissertação e tese: duas laudas. Resenhas e/ou relatos: não devem ultrapassar quatro laudas;

1.4 O texto deve ser entregue em CD e impresso, sendo composto no editor de texto Word for Windows, com fonte Time New Roman 12;

1.5 O trabalho deve apresentar obrigatoriamente:

- Título;
- Nome(s) do(s) autor(es)
- Breve currículo do(s) autor(es), enfocando as atividades mais condizentes com o tema trabalhado;
- Resumo (máximo de 300 palavras, contendo entre 3 e 5 palavras-chave);
- Abstract;
- Introdução;
- Corpo do trabalho;
- Resultado e/ou conclusões;
- Referências bibliográficas.

2 Referências Bibliográficas

A apresentação das referências bibliográficas deverá respeitar as normas técnicas da ABNT. Devem ser listadas imediatamente após texto, em ordem alfabética, e numeradas em ordem cronológica por números arábicos.

3 Citações

Qualquer citação no texto deverá ter obrigatoriamente identificação completa da fonte, sendo respeitadas as normas técnicas da ABNT.

Pede-se aos autores

- Seguir rigorosamente o Manual de Normas Técnicas da Multivix, que se encontra à disposição de todos na Biblioteca e na intranet do site da Instituição;
- Linguagem condizente como produção científica, evitando abreviações, jargões e neologismos desnecessários;
- Objetividade quanto à construção do título do artigo;
- Apresentação do significado de cada sigla que consta no texto na primeira vez em que ocorre.

Considerações Finais

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores e o Conselho de Editoração não se responsabilizará pelas opiniões expressadas nos artigos assinados.